

Demonstrações Financeiras

4T17

Banco
PAN

Relatório da Administração

4T17

Banco
PAN

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do Banco PAN S.A. (“PAN”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

AMBIENTE ECONÔMICO

A produção industrial de dezembro avançou 2,8% na comparação mensal, registrando alta de 4,3% no ano. Após forte retração nos últimos anos, a produção industrial cresceu em todos os trimestres de 2017 e esteve, em média, 2,5% acima dos níveis observados em 2016. Embora o ritmo de crescimento em dezembro dificilmente seja refletido nos próximos meses, o indicador sinaliza uma leve e consistente recuperação da economia.

Do lado da demanda, as vendas no varejo vieram acima das expectativas e registraram um bom desempenho em novembro, apontando avanço mensal de 0,7% no conceito restrito, enquanto o conceito ampliado (que inclui vendas de veículos e materiais de construção) apresentou avanço de 25% no período, ambos os resultados influenciados pelas vendas no período de “Black Friday”.

A inflação, medida pelo IPCA, registrou variação de 0,4% no mês de dezembro, encerrando o ano de 2017 em 2,95%, frente à alta de 6,29% em 2016. Com isso, foi a primeira vez que o IPCA fechou o ano abaixo do limite inferior (3%) da meta de inflação (4,5%).

No mercado de trabalho, de acordo com o CAGED, a economia brasileira registrou destruição líquida de 328,5 mil empregos com carteira assinada em dezembro. Devido ao fim de contratos temporários, dezembro costuma registrar forte destruição de postos de trabalho, porém, o saldo líquido de vagas formais seguiu avançando, com resultado positivo em dezembro de 65,4 mil, ante 23,3 mil em novembro, o nível mais forte desde o início de 2014.

Em relação ao desemprego, o IBGE informou que a taxa de desemprego foi de 11,8% no 4º trimestre de 2017. Os detalhes da divulgação de dezembro foram positivos, com o declínio do emprego informal sendo compensado pelo aumento no segmento formal, além da renda média e massa salarial terem continuado em tendência de alta.

O mercado de crédito também registrou bom desempenho em dezembro, principalmente no segmento de recursos livres, que apresentaram avanço nas concessões de crédito à pessoa jurídica, com redução das taxas de juros e inadimplência destas operações. Já no âmbito do crédito para pessoas físicas, houve estabilidade nas concessões, com queda nas taxas de juros e inadimplência. No acumulado anual, a concessão de crédito com recursos livres à pessoa jurídica recuou 4,0% em termos reais em relação à 2016. Já as concessões à pessoa física apresentaram aumento real de 5,3% na comparação anual.

Em consonância com o atual ciclo de flexibilização monetária, as taxas de juros de mercado diminuíram, ao mesmo tempo em que a inadimplência das famílias e das empresas caíram. Após declinar nos últimos dois anos, a relação crédito/PIB do Brasil aumentou.

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Desde 2011, a partir da assinatura do Acordo de Acionistas do PAN entre Caixa Econômica Federal (“Caixa”), através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. (“CaixaPar”), e Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica entre os acionistas controladores e a Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do PAN, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação e (ii) o reforço de liquidez através de acordo de depósitos interbancários ou operações similares. Estes são contratos de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao PAN alternativas de *funding* com custo competitivo.

ESTRUTURA DO BANCO

Com 2.161 funcionários, o PAN e suas controladas possuem 60 Postos de Atendimento PAN exclusivos nas principais cidades do Brasil, distribuídos geograficamente de acordo com o PIB de cada região.

No encerramento de 2017, o PAN contava com 865 correspondentes bancários originando créditos consignados e 6.142 lojas multimarcas parceiras na originação de veículos.

O Banco encerrou o trimestre com 4,3 milhões de clientes ativos e 2,2 milhões de cartões de crédito emitidos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Originação de Varejo e Carteira de Crédito

Durante o 4º trimestre, o PAN originou uma média mensal de R\$ 1.301 milhões, 4% maior em relação aos R\$ 1.248 milhões do 3º trimestre de 2017.

Na comparação com 2016, houve uma redução em função do redirecionamento estratégico adotado pelo PAN, focando suas atividades de crédito no consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos em lojas multimarcas e cartão de crédito. A média mensal de originação em 2017 foi de R\$ 1.476 milhões, frente à média de R\$ 1.719 milhões durante o ano de 2016.

O saldo da Carteira de Crédito, que inclui as carteiras de Varejo e Empresas, encerrou o 4º trimestre em R\$ 18.645 milhões, inferior aos saldos de R\$ 18.799 milhões no 3º trimestre de 2017 e de R\$ 19.196 milhões no 4º trimestre de 2016. Estas reduções foram influenciadas principalmente pela retração do saldo da carteira de Empresas e Imobiliário, que estão em *run-off*, além das cessões de crédito que fazem parte da estratégia do PAN.

Durante o 4º trimestre de 2017, o PAN cedeu créditos sem coobrigação no montante de R\$ 1.312 milhões, totalizando um montante de R\$ 7.738 milhões de créditos cedidos durante o ano de 2017. O saldo de Carteira de Crédito Originada, que considera tanto os créditos retidos no balanço do PAN, como o saldo acumulado das carteiras cedidas para a Caixa, encerrou o ano em R\$ 35,6 bilhões.

Consignado (Empréstimo e Cartão de Crédito)

Na comparação anual, o PAN originou R\$ 10.109 milhões em créditos consignados (Empréstimo + Cartão de crédito) em 2017, frente aos R\$ 10.245 milhões originados em 2016.

Com relação aos empréstimos, na comparação trimestral, foram concedidos R\$ 1.980 milhões para servidores públicos e beneficiários do INSS no 4º trimestre de 2017, volume superior aos R\$ 1.927 milhões originados no 3º trimestre de 2017, mas inferior aos R\$ 2.434 milhões originados no 4º trimestre de 2016.

Nos cartões de crédito, foram originados R\$ 179 milhões em transações durante o 4º trimestre de 2017, frente aos R\$ 176 milhões originados no 3º trimestre de 2017 e os R\$ 189 milhões originados no 4º trimestre de 2016.

A carteira de empréstimos Consignados encerrou o ano de 2017 com saldo de R\$ 7.687 milhões, praticamente estável em relação aos R\$ 7.654 milhões do 3º trimestre de 2017 e com leve queda de 2% frente aos R\$ 7.836 milhões ao final de 2016, devido às cessões de crédito sem coobrigação efetuadas durante o ano. Já a carteira de cartões de crédito Consignado encerrou o ano com saldo de R\$ 1.260 milhões, registrando crescimento de 4% frente ao saldo de R\$ 1.217 milhões do trimestre anterior e alta de 18% em relação ao saldo de R\$ 1.072 milhões no final de 2016.

Financiamento de Veículos

O Banco conta com 6.142 lojas multimarcas parceiras, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos de veículos. Desde o primeiro trimestre de 2017, o PAN se reposicionou neste segmento deixando de conceder financiamento de veículos em concessionárias, e assim originou R\$ 4.108 milhões em novos financiamentos durante o ano de 2017, frente aos R\$ 6.541 milhões originados no ano de 2016. Na comparação trimestral, foram originados R\$ 873 milhões em novos financiamentos durante o 4º trimestre de 2017, em comparação aos R\$ 825 milhões do 3º trimestre de 2017 e aos R\$ 1.786 milhões originados no 4º trimestre de 2016.

A carteira de crédito de veículos encerrou o ano em R\$ 5.906 milhões, registrando aumento de 2% em relação aos R\$ 5.779 milhões do 3º trimestre de 2017 e aumento de 13% em relação aos R\$ 5.231 milhões ao final do 4º trimestre de 2016.

Cartões de Crédito Institucional

Durante o 4º trimestre de 2017 as transações efetuadas com cartões de crédito somaram R\$ 869 milhões, registrando leve aumento frente aos R\$ 807 milhões transacionados no 3º trimestre de 2017 e uma leve redução em relação aos R\$ 881 milhões no 4º trimestre de 2016. A carteira de cartões apresentou leve alta, encerrando o trimestre com saldo de R\$ 978 milhões, frente ao saldo de R\$ 928 milhões do 3º trimestre de 2017.

Seguros

O PAN originou o montante de R\$ 46 milhões em prêmios de seguros durante o 4º trimestre de 2017, mantendo o volume de originação de prêmios em relação ao trimestre anterior. Durante o ano de 2017, foram originados R\$ 198 milhões em prêmios, aumento de 7% em relação aos R\$ 185 milhões originados em 2016.

Dentre os prêmios originados no trimestre, observam-se: R\$ 36,2 milhões em seguros de proteção de crédito, R\$ 4,7 milhões em seguros habitacionais, R\$ 3,4 milhões em seguros de cartões e R\$ 1,6 milhão em outros seguros.

Consórcio

A venda de consórcios registrou o montante de R\$ 125 milhões no 4º trimestre de 2017, frente aos R\$ 166 milhões no trimestre anterior e aos R\$ 80 milhões no 4º trimestre de 2016. No ano de 2017, a venda de consórcios acumulou o montante de R\$ 395 milhões, frente aos R\$ 866 milhões em 2016.

Empresas

Refletindo a decisão estratégica de descontinuidade desta linha de negócios, a carteira de crédito expandida de empresas encerrou o trimestre com saldo de R\$ 1.699 milhões, frente ao saldo de R\$ 1.992 milhões ao final do 3º trimestre de 2017 e ao saldo de R\$ 2.627 milhões no 4º trimestre de 2016.

Esta carteira apresenta uma diversificação de riscos adequada com alta pulverização da carteira entre setores e grupos econômicos, além de possuir um nível expressivo de garantias. Os 10 maiores clientes representavam apenas 3% do saldo total da carteira de crédito do PAN ao final do ano.

Crédito Imobiliário

Em decorrência da descontinuidade desta linha de negócios observamos uma redução desta carteira. O saldo dos créditos concedidos para Pessoas Físicas correspondia a R\$ 662 milhões no encerramento do 4º trimestre de 2017, frente aos R\$ 693 milhões e R\$ 774 milhões, no 3º trimestre de 2017 e 4º trimestre de 2016, respectivamente. O saldo dos créditos concedidos para Pessoa Jurídica somava R\$ 354 milhões no encerramento do 4º trimestre, frente aos R\$ 442 milhões e aos R\$ 563 milhões do 3º trimestre de 2017 e 4º trimestre de 2016, respectivamente.

Captação De Recursos

O saldo dos recursos captados totalizou R\$ 17,9 bilhões no encerramento de 2017, 7,0% inferior ao saldo de R\$ 19,2 bilhões registrado ao final de setembro de 2017 e 10% inferior ao saldo de R\$ 19,8 bilhões em dezembro de 2016. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos interfinanceiros, representando R\$ 8,7 bilhões, ou 49% do total; (ii) os depósitos a prazo, representando R\$ 4,9 bilhões, ou 27% do total; (iii) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 1,6 bilhão, ou 9% do total; (iv) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que representavam R\$ 1,4 bilhão, ou 8% do total; (v) as letras financeiras equivalentes a R\$ 984 milhões, ou 6% do total; e (vi) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 244 milhões, equivalentes a 1% das captações totais.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Resultados

Margem Financeira Líquida Gerencial - NIM

No 4º trimestre de 2017, a margem financeira líquida gerencial foi de 17,5% a.a., frente aos 16,8% a.a. do 3º trimestre de 2017 e à margem de 18,7% a.a. registrada no 4º trimestre de 2016. No ano de 2017, a margem foi de 16,6% a.a., frente aos 13,6% a.a. de 2016.

Despesas com PDD e Recuperação de Crédito

No 4º trimestre de 2017, as despesas de provisões para créditos totalizaram R\$ 269 milhões, enquanto a recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo foi de R\$ 59 milhões. Dessa forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 210 milhões, frente aos R\$ 222 milhões no 3º trimestre de 2017 e R\$ 252 milhões no 4º trimestre de 2016. Em 2017, a despesa líquida de provisão de créditos foi de R\$ 906 milhões, relativamente estável frente ao montante de R\$ 890 milhões em 2016.

Custos e Despesas

As despesas de pessoal e administrativas totalizaram R\$ 272 milhões no 4º trimestre de 2017, praticamente estável em relação aos R\$ 275 milhões no 3º trimestre de 2017, mas com queda de 7% frente aos R\$ 292 milhões do 4º trimestre de 2016, com maior destaque para a redução de 10% nas despesas de pessoal. Na visão anual, as despesas de pessoal e administrativas totalizaram R\$ 1.117 milhões em 2017, frente às despesas de R\$ 1.147 milhões em 2016.

As despesas com originação de créditos somaram R\$ 207 milhões ao final do trimestre, frente aos R\$ 234 milhões do 3º trimestre de 2017 e aos R\$ 239 milhões do 4º trimestre de 2016. No ano de 2017, as despesas com originação de créditos totalizaram R\$ 985 milhões, frente às despesas de R\$ 902 milhões em 2016, aumento justificado principalmente pela adequação final à Resolução 3.738/14 referente às comissões de originação.

Resultado Líquido

No 4º trimestre de 2017, o PAN registrou lucro líquido de R\$ 54,9 milhões, encerrando o ano de 2017 com lucro acumulado de R\$ 212,6 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 237,2 milhões em 2016.

Os principais fatores que sustentam os bons resultados dos últimos trimestres são: (i) manutenção da margem financeira em patamares robustos, com influência da redução da Selic, (ii) provisões de crédito sob controle, e (iii) continuidade do processo de redução de custos.

Ainda no 4º trimestre, o PAN alienou sua participação na Stone Pagamentos S.A. por R\$ 229 milhões e realizou provisões para contingência de forma a reforçar seu balanço.

Patrimônio Líquido e Capital

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 3.556 milhões em dezembro de 2017, considerando provisão de JCP no montante de R\$ 69,8 milhões, frente ao saldo de R\$ 3.522 milhões em setembro de 2017 e aos R\$ 3.412 milhões em dezembro de 2016.

O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial encerrou o 4º trimestre de 2017 em 13,3%, sendo 9,8% de Capital Principal, frente aos 12,2%, com 9% de Capital Principal, registrados ao final do 3º trimestre de 2017 e aos 13,2%, com 9,4% de Capital Principal, registrados no 4º trimestre de 2016. O valor da Margem Operacional para o Conglomerado Prudencial neste 4º trimestre foi de R\$ 470 milhões.

Considerando o Aumento de Capital, definido nos Eventos Subsequentes, o Índice de Basileia pró-forma do PAN para o 4º trimestre de 2017 seria de 15,6%.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme divulgado em Aviso aos Acionistas publicado em 26 de janeiro de 2018, o Aumento de Capital da Companhia foi integralmente subscrito e integralizado, totalizando a quantia de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões de reais, um real e quatro centavos), através da subscrição de 212.765.958 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e novecentas e cinquenta e oito) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.530.888 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e trinta mil e oitocentos e oitenta e oito) ações ordinárias e 90.235.070 (noventa milhões, duzentos e trinta e cinco mil e setenta) ações preferenciais.

Nesta data foi realizada Reunião do Conselho de Administração da Companhia para homologar o Aumento de Capital e em seguida a Companhia submeterá para homologação do Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou neste exercício e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2018.

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016		
CIRCULANTE		11.850.630	12.726.831	11.973.625	12.942.074	CIRCULANTE		15.334.491	17.841.758	15.100.675	18.358.720
Disponibilidades	5	6.536	7.424	10.748	19.521	Depósitos	16.a	9.572.581	12.089.046	9.314.782	12.067.954
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.032.983	1.638.795	1.032.983	966.835	Depósitos à vista		25.543	60.015	25.439	54.762
Aplicações no mercado aberto		1.017.242	891.796	1.017.242	891.796	Depósitos interfinanceiros		8.938.498	11.736.273	8.697.973	11.736.273
Aplicações em depósitos interfinanceiros		15.741	746.999	15.741	75.039	Depósitos a prazo		608.540	292.758	591.370	276.919
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	342.998	692.063	366.369	719.629	Captações no mercado aberto	16.b	1.493.292	1.927.684	1.493.292	1.927.684
Carteira própria	7.a	163.421	47.809	186.752	61.361	Carteira própria		976.236	1.222.172	976.236	1.222.172
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	164.612	626.015	164.612	626.015	Carteira de terceiros		517.056	705.512	517.056	705.512
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	14.232	18.239	14.232	18.239	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	1.547.841	1.569.596	1.547.944	2.031.748
Vinculados a prestação de garantias	7.a	733	-	773	14.014	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.547.841	1.569.596	1.547.944	2.031.748
Relações interfinanceiras		26.484	17.875	26.484	17.875	Relações interfinanceiras	17	851.219	804.868	851.219	804.868
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	20	-	20	Recebimentos de Pagamentos a Liquidar		654.035	649.072	654.035	649.072
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		1.299	1.299	1.299	1.299	Correspondentes no País		197.184	155.796	197.184	155.796
Correspondentes no país		25.185	16.556	25.185	16.556	Relações interdependências		4.509	6.785	4.509	6.785
Operações de crédito	8	7.582.563	7.382.991	7.582.563	7.911.474	Recursos em trânsito de terceiros		4.509	6.785	4.509	6.785
Operações de crédito - setor privado		8.414.167	8.112.020	8.414.167	8.784.513	Obrigações por empréstimos	18.a	-	-	-	2.038
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(831.604)	(729.029)	(831.604)	(873.039)	Empréstimos no Exterior		-	-	-	2.038
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	176	913	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	73.129	33.996	73.129	33.996
Operações de arrendamento a receber		-	-	222	1.541	Instrumentos financeiros derivativos		73.129	33.996	73.129	33.996
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	(46)	(628)	Outras obrigações		1.791.920	1.409.783	1.815.800	1.483.647
Outros créditos		2.488.355	2.795.413	2.572.085	2.909.912	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		6.761	15.016	6.761	15.142
Carteira de câmbio	9.a	68.169	172.569	68.169	172.569	Carteira de câmbio	9.a	-	650	-	650
Rendas a receber		7.134	4.150	1.935	1.728	Sociais e estatutárias		162.262	42.086	162.530	42.760
Negociação e intermediação de valores		2.700	2.535	2.700	3.119	Fiscais e previdenciárias	21.a	38.310	51.580	51.342	74.195
Recebíveis imobiliários	10	-	-	9.852	13.031	Negociação e intermediação de valores		2.464	1.399	5.923	33.390
Títulos e créditos a receber	8 e 11	844.269	812.757	844.269	831.970	Dívidas subordinadas	19	93.275	88.113	93.275	88.113
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(71.467)	(58.028)	(71.467)	(58.747)	Diversas	21.b	1.488.848	1.210.939	1.495.969	1.229.397
Diversos	11	1.637.550	1.861.430	1.716.627	1.946.242						
Outros valores e bens		370.711	192.270	382.217	395.915						
Outros valores e bens	12.a	399.874	149.054	410.837	364.717						
(Provisão para desvalorização)	12.a	(66.897)	(39.567)	(68.244)	(53.356)						
Despesas antecipadas	12.b	37.734	82.783	39.624	84.554						

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		13.150.611	12.838.174	13.676.959	14.289.255	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		7.262.854	5.334.705	7.177.733	5.733.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	-	9.289	-	5.548	Depósitos	16.a	4.562.264	2.459.843	4.340.771	2.266.580
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	9.289	-	5.548	Depósitos interfinanceiros		32.175	29.428	32.175	29.428
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.272.078	1.315.505	1.520.139	1.718.980	Depósitos a prazo		4.530.089	2.430.415	4.308.596	2.237.152
Carteira própria	7.a	101.629	331.442	347.523	596.369	Captações no mercado aberto	16.b	106.022	100.338	98.195	96.940
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	906.822	693.232	906.822	693.232	Carteira própria		106.022	100.338	98.195	96.940
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	157.135	159.600	157.135	143.134	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	697.500	773.399	701.611	1.123.960
Vinculados ao Banco Central	7.a	-	-	-	51.151	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		697.500	773.399	701.611	1.123.960
Vinculados à prestação de garantias	7.a	106.492	131.231	108.659	235.094	Obrigações por empréstimos	18.a	-	-	-	132.063
Operações de crédito	8	8.806.221	8.368.030	8.806.221	8.942.131	Empréstimos no Exterior		-	-	-	132.063
Operações de crédito - setor privado		9.107.530	8.622.186	9.107.530	9.226.475	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	129.514	111.738	129.514	111.738
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(301.309)	(254.156)	(301.309)	(284.344)	Instrumentos financeiros derivativos		129.514	111.738	129.514	111.738
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	-	157	Outras obrigações		1.767.554	1.889.387	1.907.642	2.002.619
Operações de arrendamento a receber		-	-	-	187	Fiscais e previdenciárias	21.a	-	-	80.459	82.062
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	-	(30)	Dívidas subordinadas	19	1.681.720	1.663.233	1.681.720	1.663.233
Outros créditos		2.952.046	2.877.701	3.227.909	3.350.692	Diversas	21.b	85.834	226.154	145.463	257.324
Negociação e intermediação de valores		-	-	-	480						
Créditos específicos		-	-	809	848						
Recebíveis imobiliários	10	-	-	4.155	14.368						
Títulos e créditos a receber	8 e 11	72.550	25.614	72.550	65.493	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		92	794	92	794
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(16.956)	(5.646)	(16.956)	(7.135)	Resultados de exercícios futuros		92	794	92	794
Diversos	11	2.896.452	2.857.733	3.167.351	3.276.638						
Outros valores e bens		120.266	267.649	122.690	271.747						
Despesas antecipadas	12.b	120.266	267.649	122.690	271.747						
PERMANENTE		1.152.020	1.024.414	183.740	274.247	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.555.824	3.412.162	3.555.824	3.412.162
Investimentos		978.525	941.987	379	48.988	Capital social:	22	3.460.732	3.460.732	3.460.732	3.460.732
Participações em controladas	13.a	978.146	941.608	-	48.609	De domiciliados no País		3.065.825	3.051.660	3.065.825	3.051.660
Outros investimentos	13.b	379	379	379	379	De domiciliados no Exterior		394.907	409.072	394.907	409.072
Imobilizado de uso	14	27.690	37.834	27.690	37.838	Reserva de lucros		108.495	-	108.495	-
Outras imobilizações de uso		69.211	71.546	69.249	71.585	Ajustes de avaliação patrimonial		(13.403)	(14.259)	(13.403)	(14.259)
(Depreciações acumuladas)		(41.521)	(33.712)	(41.559)	(33.747)	Prejuízos acumulados		-	(34.311)	-	(34.311)
Intangível	15	145.805	44.593	155.671	187.421						
Ativos intangíveis		359.582	113.192	381.430	367.731						
(Amortizações acumuladas)		(213.777)	(68.599)	(225.759)	(180.310)						
TOTAL DO ATIVO		26.153.261	26.589.419	25.834.324	27.505.576	TOTAL DO PASSIVO		26.153.261	26.589.419	25.834.324	27.505.576

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo líquido por ação)

	Nota explicativa	Banco			Consolidado	
		2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.469.745	7.718.405	6.320.820	7.780.348	6.555.504
Rendas de operações de crédito	8.g	3.547.247	7.703.911	6.639.841	7.779.351	6.922.869
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	-	-	-	947	2.354
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.h	106.394	290.822	470.917	287.158	463.431
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.g	(186.660)	(294.869)	(788.693)	(305.649)	(831.905)
Resultado de operação de câmbio	9.b	2.764	18.541	(1.245)	18.541	(1.245)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.580.989)	(3.450.702)	(3.363.320)	(3.524.913)	(3.589.504)
Operações de captação no mercado	16.d	(1.035.273)	(2.393.933)	(2.377.690)	(2.403.592)	(2.487.319)
Operações de empréstimos e repasses	18.b	-	-	-	(1.509)	16.243
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(545.716)	(1.056.769)	(985.630)	(1.119.812)	(1.118.428)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.888.756	4.267.703	2.957.500	4.255.435	2.966.000
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.903.421)	(4.140.470)	(3.298.020)	(4.154.444)	(3.349.910)
Receitas de prestação de serviços	23	175.880	377.557	456.865	403.236	489.405
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	13.952	(56.223)	(61.377)	(2.993)	33.157
Despesas de pessoal	24	(216.084)	(458.037)	(392.041)	(463.572)	(508.815)
Outras despesas administrativas	25	(863.864)	(2.041.176)	(2.121.623)	(2.086.040)	(2.072.541)
Despesas tributárias	26	(80.084)	(202.248)	(189.696)	(220.000)	(235.121)
Outras receitas operacionais	27.a	121.191	218.327	168.971	262.646	204.991
Outras despesas operacionais	27.b	(1.054.412)	(1.978.670)	(1.159.119)	(2.047.721)	(1.260.986)
RESULTADO OPERACIONAL		(14.665)	127.233	(340.520)	100.991	(383.910)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28	158.230	153.924	(59.606)	152.303	(66.498)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		143.565	281.157	(400.126)	253.294	(450.408)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32.a	22.578	(68.551)	162.888	(40.688)	213.168
Provisão para imposto de renda		104	(665)	(5.673)	(1.379)	23.128
Provisão para contribuição social		(345)	(1.377)	(4.376)	(557)	(7.190)
Ativo fiscal diferido		22.819	(66.509)	172.937	(38.752)	197.230
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	-	-	2
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO		166.143	212.606	(237.238)	212.606	(237.238)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	22.c	(69.800)	(69.800)	-	(69.800)	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$ (Representado por 929.040.163 ações em 31/12/2017 e 31/12/2016)		0,18	0,23	(0,26)		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
(Em milhares de reais - R\$)

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS	1.986.200	4.823.703	4.275.511	4.809.714	4.307.637
Intermediação financeira	3.469.745	7.718.405	6.320.820	7.780.348	6.555.504
Prestação de serviços	175.880	377.557	456.865	403.236	489.405
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(545.716)	(1.056.769)	(985.630)	(1.119.812)	(1.118.428)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(1.113.709)	(2.215.490)	(1.516.544)	(2.254.058)	(1.618.844)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.035.273)	(2.393.933)	(2.377.690)	(2.405.101)	(2.471.076)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(547.970)	(1.405.356)	(1.565.012)	(1.430.962)	(1.459.783)
Materiais, energia e outros	(1.399)	(3.193)	(2.382)	(3.201)	(3.841)
Serviços de terceiros	(186.072)	(290.230)	(253.220)	(310.408)	(282.561)
Comissões pagas a correspondentes bancários	(360.499)	(1.111.933)	(1.309.410)	(1.117.353)	(1.173.382)
VALOR ADICIONADO BRUTO	402.957	1.024.414	332.810	973.651	376.778
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(27.258)	(50.919)	(47.535)	(57.432)	(64.627)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	375.699	973.495	285.275	916.219	312.151
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	13.952	(56.223)	(61.377)	(2.993)	33.157
Resultado de equivalência patrimonial	13.952	(56.223)	(61.377)	(2.993)	33.157
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	389.651	917.272	223.898	913.226	345.308
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	389.651	917.272	223.898	913.226	345.308
Pessoal	184.189	396.992	332.726	401.760	429.733
Remuneração direta	141.544	302.138	258.564	305.770	328.656
Benefícios	31.179	66.246	51.819	67.010	71.222
FGTS	9.579	25.325	19.740	25.667	27.084
Outros	1.887	3.283	2.603	3.313	2.771
Impostos, taxas e contribuições	86.136	332.608	86.212	323.373	101.487
Federal	77.917	314.967	64.913	299.415	60.375
Estadual	3	10	3	10	7
Municipal	8.216	17.631	21.296	23.948	41.105
Remuneração de capitais de terceiros	22.983	44.866	42.198	45.287	51.328
Aluguéis	22.983	44.866	42.198	45.287	51.328
Remuneração de capitais próprios	96.343	142.806	(237.238)	142.806	(237.240)
Lucros retidos/Prejuízo Líquido	166.143	212.606	(237.238)	212.606	(237.238)
Juros sobre o capital próprio provisionado	(69.800)	(69.800)	-	(69.800)	-
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	-	(2)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PAN S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.460.732	195.208	635	7.084	(19.862)	-	3.643.797
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	5.603	-	5.603
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(237.238)	(237.238)
Absorção de Prejuízo (Nota 22b)	-	(195.208)	(635)	(7.084)	-	202.927	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162
Aumento de Capital (Nota 22a)	400.000	-	-	-	-	-	400.000
Capital a Integralizar (Nota 22a)	(400.000)	-	-	-	-	-	(400.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	856	-	856
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	212.606	212.606
Destinações:							
Reserva Legal (Nota 22.b)	-	-	8.915	-	-	(8.915)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 22.b)	-	-	-	99.580	-	(99.580)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22.c)	-	-	-	-	-	(69.800)	(69.800)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	8.915	99.580	(13.403)	-	3.555.824
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	3.460.732	-	-	-	(12.674)	12.152	3.460.210
Aumento de Capital (Nota 22a)	400.000	-	-	-	-	-	400.000
Capital a Integralizar (Nota 22a)	(400.000)	-	-	-	-	-	(400.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(729)	-	(729)
Lucro Líquido do 2º Semestre	-	-	-	-	-	166.143	166.143
Destinações:							
Reserva Legal (Nota 22.b)	-	-	8.915	-	-	(8.915)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 22.b)	-	-	-	99.580	-	(99.580)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22.c)	-	-	-	-	-	(69.800)	(69.800)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	8.915	99.580	(13.403)	-	3.555.824

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O 2º SEMESTRE DE 2017 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
(Em milhares de reais - R\$)

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	166.143	212.606	(237.238)	212.606	(237.238)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:					
Depreciações e amortizações	15.293	32.108	35.890	32.379	39.574
Amortização de ágio	11.965	18.811	11.645	25.053	25.053
Constituição de provisão para contingências	345.079	479.377	259.926	514.398	323.173
Reversão para desvalorização de bens não de uso próprio	(10.957)	(14.557)	(2.408)	(17.003)	(6.173)
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	8.353	5.960	44.616	8.688	48.864
Perda por impairment	27.780	38.083	18.444	39.422	24.853
Equivalência patrimonial	(13.952)	56.223	61.377	2.993	(33.157)
(Ganho) na venda de investimento	(183.384)	(183.384)	-	(183.384)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	545.716	1.056.769	985.630	1.119.812	1.118.428
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(22.819)	66.509	(172.937)	38.752	(197.230)
Resultado líquido ajustado	889.217	1.768.505	1.004.945	1.793.716	1.106.147
Variação de Ativos e Passivos:					
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(808.543)	770.814	(289.830)	95.112	(136.182)
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	420.635	386.605	(154.209)	562.951	(128.265)
Redução em instrumentos financeiros derivativos	57.696	63.381	622.237	46.915	652.024
Redução em relações interfinanceiras	(18.673)	37.742	56.492	37.742	56.492
Redução/(Aumento) em operações de crédito	218.646	(1.694.532)	(2.959.264)	(654.991)	(2.790.620)
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	-	-	894	6.425
Redução/(Aumento) em outros créditos	664.930	166.426	(187.766)	422.080	(205.879)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(14.238)	(184.932)	(34.471)	7.296	(143.535)
(Redução)/Aumento em depósitos	(1.579.050)	(414.044)	2.327.353	(678.981)	2.237.423
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	488.335	(428.708)	384.050	(433.137)	386.906
(Redução)/Aumento em recursos de acéites e emissão de títulos	(196.405)	520.724	550.201	(287.775)	304.197
(Redução) em outras obrigações	(71.513)	(96.723)	(211.006)	(288.973)	(332.990)
(Redução) em relações interdependências	(5.703)	(2.276)	(22.203)	(2.276)	(22.203)
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(296)	(702)	(771)	(702)	(771)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	45.038	892.280	1.085.758	619.871	989.169
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Alienação de bens não de uso próprio	64.845	128.344	77.284	128.915	103.568
Alienação de investimentos	229.000	229.000	-	229.000	-
Redução de investimentos	-	-	17.289	-	-
Aumento de investimentos	(100.000)	(250.000)	(92.360)	-	(12.359)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.305)	(1.938)	(21.875)	(1.938)	(6.660)
Aumento de intangível	(13.051)	(37.935)	(17.461)	(18.381)	(17.853)
Dividendos e juros sobre o capital próprio provisionados/recebidos	5.601	5.601	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	185.090	73.072	(37.122)	337.596	66.696
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
(Redução) de letras financeiras	(48.700)	(447.399)	(528.010)	(447.399)	(528.010)
(Redução) de dívidas subordinadas	(61.601)	(122.350)	(285.279)	(122.350)	(285.279)
(Redução) de letras de crédito do agronegócio	(51.464)	(170.979)	(624.622)	(170.979)	(624.622)
Juros sobre o capital próprio provisionados	(69.800)	(69.800)	-	(69.800)	-
Varição nas participações minoritárias	-	-	-	-	(19)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(231.565)	(810.528)	(1.437.911)	(810,528)	(1.437.930)
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.437)	154.824	(389.275)	146.939	(382.065)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (Nota 5)	163.685	7.424	396.699	19.521	401.586
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO (Nota 5)	162.248	162.248	7.424	166.460	19.521
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA					
Juros pagos	(1.368.249)	(3.088.457)	(2.953.514)	(3.097.099)	(3.063.797)
Juros recebidos	3.477.553	7.756.809	6.578.875	7.824.811	6.681.138
Transferência de ativos não de uso próprio	(3.110)	(8.574)	(45.682)	(8.633)	(45.862)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	(1.111)	1.515	8.581	1.515	8.581

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PAN S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, tem carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário para pessoas físicas, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e conseqüente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras em receitas de intermediação financeira.

Através do acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A.

Abaixo demonstra-se a composição acionária do Banco PAN em 31/12/2017:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A.	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Mercado	8	-	179.246.347	45,49	179.246.355	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas (Consolidado), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subseqüente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;

8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
10. CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
12. CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2017, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 07/02/2018.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2017	31/12/2016
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária. (1)	-	100,00
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (2)	-	-

(1) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017); e

(2) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 20/12/2016 (aprovado pelo BACEN em 28/06/2017).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigação e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward* – NDF) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados nas notas 7c e 7g.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificadas na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificadas na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as

receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

No exercício encerrado em 31/12/2017, o valor lançado para despesa no ato da originação foi de R\$ (432.980) e em 31/12/2016 foi de R\$ (304.727) relativo a 2/3 das comissões.

j) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágio pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras a alíquota de 20% a partir de set/2015 e para as demais empresas alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)(6)	Outros (7)	Eliminações (8)	Total
Circulante	11.874.858	4.908	60.284	21.026	32.368	(19.819)	11.973.625
Realizável a longo prazo	13.345.609	60.157	167.609	198.585	135.662	(230.663)	13.676.959
Permanente	801.114	232	1.821	3.329	-	(622.756)	183.740
Total em 31/12/2017	26.021.581	65.297	229.714	222.940	168.030	(873.238)	25.834.324
Total em 31/12/2016	27.569.097	54.052	398.187	215.151	164.437	(895.348)	27.505.576

Passivo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)(6)	Outros (7)	Eliminações (8)	Total
Circulante	15.091.262	9.516	12.629	3.575	1.636	(17.943)	15.100.675
Exigível a longo prazo	7.374.404	10.713	6.213	12.970	2.753	(229.320)	7.177.733
Resultado de exercícios futuros	92	-	-	-	-	-	92
Patrimônio líquido	3.555.824	45.068	210.872	206.395	163.641	(625.976)	3.555.824
Total em 31/12/2017	26.021.581	65.297	229.714	222.940	168.030	(873.238)	25.834.324
Total em 31/12/2016	27.569.097	54.052	398.187	215.151	164.437	(895.348)	27.505.576

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)(6)	Outros (7)	Eliminações (8)	Total
- Receitas da intermediação financeira	7.754.356	3.892	3.627	22.847	19.226	(23.600)	7.780.348
- Despesas da intermediação financeira	(3.547.161)	-	(1.352)	-	-	23.600	(3.524.913)
Resultado bruto da intermediação financeira	4.207.195	3.892	2.275	22.847	19.226	-	4.255.435
- Outras receitas/despesas operacionais	(4.129.449)	(48)	(5.969)	(14.025)	(1.960)	-	(4.151.451)
- Resultado de equivalência patrimonial	14.255	-	-	-	-	(17.248)	(2.993)
- Resultado não operacional	152.613	-	(406)	-	96	-	152.303
- Provisão para IR e CSLL	(32.008)	(1.289)	1.394	(2.882)	(5.903)	-	(40.688)
Resultado Líquido em 31/12/2017	212.606	2.555	(2.706)	5.940	11.459	(17.248)	212.606
Resultado Líquido em 31/12/2016	(237.238)	(3.939)	(2.342)	(7.901)	10.912	3.270	(237.238)

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(2) A empresa Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária foi incorporada pelo Banco PAN em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017);

(3) Representado pela empresa Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(5) Representado pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;

(6) A empresa Panserv Prestadora de Serviços Ltda. foi incorporada pelo Banco PAN em 20/12/2016 (aprovado pelo BACEN em 28/06/2017);

(7) Representado pela empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A.; e

(8) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades em moeda nacional	234	290	4.447	12.387
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.302	7.134	6.301	7.134
Total de disponibilidades (caixa)	6.536	7.424	10.748	19.521
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	155.712	-	155.712	-
Total	162.248	7.424	166.460	19.521

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	695	-	-	-	-	695	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	504.069	-	-	-	-	504.069	162.615
Subtotal	504.764	-	-	-	-	504.764	162.615
Posição Financiada							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	512.478	-	-	-	-	512.478	729.181
Subtotal	512.478	-	-	-	-	512.478	729.181
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.260	-	6.536	1.945	-	15.741	756.288
Total em 31/12/2017	1.024.502	-	6.536	1.945	-	1.032.983	-
Total em 31/12/2016	6.641	950.038	118.004	564.112	9.289	-	1.648.084

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	695	-	-	-	-	695	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	504.069	-	-	-	-	504.069	162.615
Subtotal	504.764	-	-	-	-	504.764	162.615
Posição Financiada							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	512.478	-	-	-	-	512.478	729.181
Subtotal	512.478	-	-	-	-	512.478	729.181
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.260	-	6.536	1.945	-	15.741	80.587
Total em 31/12/2017	1.024.502	-	6.536	1.945	-	1.032.983	-
Total em 31/12/2016	-	913.705	838	52.292	5.548	-	972.383

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
Posição bancada	27.856	30.529	27.856	30.529
Posição financiada	36.969	101.741	36.969	101.741
Posição vendida	1.957	15.402	1.957	15.402
Subtotal	66.782	147.672	66.782	147.672
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	45.753	86.889	9.900	13.493
Total (Nota 7h)	112.535	234.561	76.682	161.165

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2017 e em 31/12/2016, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Carteira própria:	265.050	379.251	534.275	657.730
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	403	2.411
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	268.823	266.011
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	87.599	196.015	87.598	206.045
Letras do Tesouro Nacional – LTN	106.436	140.080	106.436	140.080
Notas do Tesouro Nacional – NTN	70.673	42.822	70.673	42.822
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	342	334	342	334
Cota de fundo de investimento	-	-	-	27
Vinculados a compromisso de recompra:	1.071.434	1.319.247	1.071.434	1.319.247
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	686.262	361.592	686.262	361.592
Letras do Tesouro Nacional – LTN	191.773	782.181	191.773	782.181
Notas do Tesouro Nacional – NTN	193.399	175.474	193.399	175.474
Vinculados ao Banco Central:	-	-	-	51.151
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (1)	-	-	-	51.151
Vinculados à prestação de garantias:	107.225	131.231	109.432	249.108
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	107.225	92.742	107.226	133.847
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	38.489	-	38.489
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	-	62.192
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	2.206	14.480
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	-	100
Total de títulos e valores mobiliários	1.443.709	1.829.729	1.715.141	2.277.236
Instrumentos financeiros derivativos:	171.367	177.839	171.367	161.373
Diferenciais a receber de “swap”	171.366	177.839	171.366	161.373
Opções	1	-	1	-
Total	1.615.076	2.007.568	1.886.508	2.438.609

(1) Valor vinculado ao BACEN, decorrente do aumento de capital da empresa Pan Arrendamento Mercantil, que foi homologado pelo BACEN em 25/01/2017 para a data-base 31/12/2016 (Nota 13a).



b) Composição por categorias e prazos Individual e Consolidado:

Banco	31/12/2017								31/12/2016	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação										
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	251	27.235	-	27.486	27.463	23	46.340	(28)
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	4.894	16.714	-	-	21.608	21.041	567	25.409	123
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	1.663	1.663	1.662	1	-	-
Total de títulos para negociação	-	4.894	16.965	27.235	1.663	50.757	50.166	591	71.749	95
Títulos disponíveis para venda										
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	733	401.886	435.619	15.362	853.600	853.334	266	604.009	(798)
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	40	40	40	-	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	-	733	401.886	435.619	15.402	853.640	853.374	266	604.009	(798)
Títulos mantidos até o vencimento										
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	99.932	176.669	-	-	276.601	276.601	-	896.852	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	222.865	30.299	9.205	-	262.369	262.369	-	256.785	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	334	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	342	322.797	206.968	9.205	-	539.312	539.312	-	1.153.971	-
Total	342	328.424	625.819	472.059	17.065	1.443.709	1.442.852	857	1.829.729	(703)

Consolidado	31/12/2017								31/12/2016	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:										
Letra Financeira do Tesouro – LFT	-	-	251	27.235	-	27.486	27.463	23	46.340	(28)
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	4.894	16.714	-	-	21.608	21.041	567	25.409	123
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	1.663	1.663	1.662	1	-	-
Total de títulos para negociação	-	4.894	16.965	27.235	1.663	50.757	50.166	591	71.749	95
Títulos disponíveis para venda:										
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	733	401.886	435.619	15.362	853.600	853.334	266	706.294	(943)
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	40	40	40	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	39	2.570	-	-	2.609	2.609	-	16.892	-
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	127	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	23.332	245.491	-	-	268.823	289.352	(20.529)	328.203	(20.835)
Total de títulos disponíveis para venda	-	24.104	649.947	435.619	15.402	1.125.072	1.145.335	(20.263)	1.051.516	(21.778)
Títulos mantidos até o vencimento:										
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	99.932	176.669	-	-	276.601	276.601	-	896.852	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	222.865	30.299	9.205	-	262.369	262.369	-	256.785	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	334	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	342	322.797	206.968	9.205	-	539.312	539.312	-	1.153.971	-
Total	342	351.795	873.880	472.059	17.065	1.715.141	1.734.813	(19.672)	2.277.236	(21.683)

- (1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3 S.A.”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;
- (2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 15.565 (31/12/2016 – superior em R\$ 10.722); e Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e
- (3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.



c) Instrumentos financeiros derivativos:

Banco	31/12/2017				31/12/2016			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:	18.090.441	171.367	162.086	9.281	2.947.467	177.839	182.473	(4.634)
Swap	5.700.441	171.366	161.886	9.480	2.947.467	177.839	182.473	(4.634)
Opções a exercer	12.390.000	1	200	(199)	-	-	-	-
Posição passiva:	18.085.441	(202.643)	(133.359)	(69.284)	2.947.467	(145.734)	(63.867)	(81.867)
Swap	5.700.441	(202.642)	(133.309)	(69.333)	2.947.467	(145.734)	(63.867)	(81.867)
Opções Lançadas	12.385.000	(1)	(50)	49	-	-	-	-
Subtotal posição líquida	-	(31.276)	28.727	(60.003)	-	32.105	118.606	(86.501)
Contratos futuros	-	240	240	-	-	1.135	1.135	-
Posição ativa	13.604.787	2.700	2.700	-	6.907.243	2.535	2.535	-
Posição passiva	13.604.787	(2.460)	(2.460)	-	6.907.243	(1.400)	(1.400)	-
Total		(31.036)	28.967	(60.003)		33.240	119.741	(86.501)

Consolidado	31/12/2017				31/12/2016			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:	18.090.441	171.367	162.086	9.281	2.809.883	161.373	169.659	(8.286)
Swap	5.700.441	171.366	161.886	9.480	2.809.883	161.373	169.659	(8.286)
Opções a exercer	12.390.000	1	200	(199)	-	-	-	-
Posição passiva:	18.085.441	(202.643)	(133.359)	(69.284)	2.809.883	(145.734)	(64.185)	(81.549)
Swap	5.700.441	(202.642)	(133.309)	(69.333)	2.809.883	(145.734)	(64.185)	(81.549)
Opções Lançadas	12.385.000	(1)	(50)	49	-	-	-	-
Subtotal posição líquida	-	(31.276)	28.727	(60.003)	-	15.639	105.474	(89.835)
Contratos futuros	-	240	240	-	-	1.135	1.135	-
Posição ativa	13.604.787	2.700	2.700	-	6.907.243	2.535	2.535	-
Posição passiva	13.604.787	(2.460)	(2.460)	-	6.907.243	(1.400)	(1.400)	-
Total		(31.036)	28.967	(60.003)		16.774	106.609	(89.835)

d) Abertura por vencimento (valor de referência):

Banco	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Swap	524.331	20.638	821.728	373.739	3.960.005	5.700.441	2.947.467
Dólar x CDI	-	-	49.532	47.819	1.016.126	1.113.477	1.167.106
CDI x Dólar	-	-	-	-	1.705	1.705	32.056
CDI x Pré	524.331	-	772.196	325.920	2.942.174	4.564.621	1.433.477
Pré x Dólar	-	20.638	-	-	-	20.638	35.260
Libor x CDI	-	-	-	-	-	-	62.214
CDI x Libor	-	-	-	-	-	-	137.584
Libor x Dólar	-	-	-	-	-	-	79.770
Opções	24.775.000	-	-	-	-	24.775.000	-
Compra Opç Venda	12.390.000	-	-	-	-	12.390.000	-
Venda Opç Venda	12.385.000	-	-	-	-	12.385.000	-
Contratos futuros	1.447.141	38.879	962.096	1.936.232	9.220.439	13.604.787	6.907.243
DDI	9.919	9.866	29.484	34.192	143.692	227.153	274.849
DI	1.434.741	-	932.612	1.902.040	9.076.747	13.346.140	6.611.095
Dólar	2.481	29.013	-	-	-	31.494	21.299
Total	26.746.472	59.517	1.783.824	2.309.971	13.180.444	44.080.228	9.854.710

Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Swap	524.331	20.638	821.728	373.739	3.960.005	5.700.441	2.809.883
Dólar x CDI	-	-	49.532	47.819	1.016.126	1.113.477	1.167.106
CDI x Dólar	-	-	-	-	1.705	1.705	32.056
CDI x Pré	524.331	-	772.196	325.920	2.942.174	4.564.621	1.433.477
Pré x Dólar	-	20.638	-	-	-	20.638	35.260
Libor x CDI	-	-	-	-	-	-	62.214
Libor x Dólar	-	-	-	-	-	-	79.770
Opções	24.775.000	-	-	-	-	24.775.000	-
Compra Opç Venda	12.390.000	-	-	-	-	12.390.000	-
Venda Opç Venda	12.385.000	-	-	-	-	12.385.000	-
Contratos futuros	1.447.141	38.879	962.096	1.936.232	9.220.439	13.604.787	6.907.243
DDI	9.919	9.866	29.484	34.192	143.692	227.153	274.849
DI	1.434.741	-	932.612	1.902.040	9.076.747	13.346.140	6.611.095
Dólar	2481	29.013	-	-	-	31.494	21.299
Total	26.746.472	59.517	1.783.824	2.309.971	13.180.444	44.080.228	9.717.126

e) Local de negociação e contrapartes:

Valor de referência	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CETIP (balcão)	5.700.441	2.947.467	5.700.441	2.809.883
B3 S.A (bolsa)	38.379.787	6.907.243	38.379.787	6.907.243
Total	44.080.228	9.854.710	44.080.228	9.717.126

Contrapartes: Em 31/12/2017 estão assim distribuídas no Banco PAN e Consolidado: B3 S.A. 87,07% (85,26%), Instituições Financeiras 12,88% (14,72%), e outros 0,05% (0,02%).

f) **Hedge Contábil – Valor de Mercado:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos Financeiros				
Posição Ativa	2.460.546	2.158.530	2.460.546	2.289.204
Swap - Dólar (1)	1.766.600	1.805.442	1.766.600	1.805.442
Futuros DDI B3 S.A. - Dólar (1) (4)	-	-	-	66.144
Swap - Dólar (1) (4)	-	-	-	64.530
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré – Reais (2)	693.946	353.088	693.946	353.088
Posição Passiva	(9.189.705)	(3.700.766)	(9.189.705)	(3.700.766)
Swap - Taxa Pré - Reais (3)	(1.161.696)	(1.760.994)	(1.161.696)	(1.760.994)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré – Reais (3)	(8.028.009)	(1.939.772)	(8.028.009)	(1.939.772)
Objeto de Hedge				
Posição Ativa	6.936.653	3.137.864	6.936.653	3.137.864
Operações de Crédito (3)	6.936.653	3.137.864	6.936.653	3.137.864
Posição Passiva	(2.269.978)	(1.924.936)	(2.269.978)	(2.059.037)
Dívidas Subordinadas no Exterior	(1.585.191)	(1.576.844)	(1.585.191)	(1.576.844)
Empréstimos no Exterior (1) (4)	-	-	-	(134.101)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(684.787)	(348.092)	(684.787)	(348.092)

(1) Utilizado como proteção da operação de empréstimo no Exterior junto com o BID;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo;

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal; e

(4) Empréstimo liquidado antecipadamente junto ao BID na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

g) **Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

	Banco			Consolidado		
	31/12/2017			31/12/2017		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	582.456	(682.086)	(99.630)	582.155	(692.565)	(110.410)
Opções	2.826	(4.264)	(1.438)	2.826	(4.264)	(1.438)
Futuro	1.311.509	(1.505.310)	(193.801)	1.311.509	(1.505.310)	(193.801)
Total em 31/12/2017	1.896.791	(2.191.660)	(294.869)	1.896.490	(2.202.139)	(305.649)
Total em 31/12/2016	2.299.355	(3.088.048)	(788.693)	2.256.616	(3.088.521)	(831.905)

h) **Resultado com títulos e valores mobiliários:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Títulos de renda fixa	178.287	236.356	210.476	302.266
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	112.535	234.561	76.682	161.165
Total	290.822	470.917	287.158	463.431

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor (1)	5.904.742	32,15	5.228.802	29,74	5.904.742	32,15	5.228.802	27,64
Empréstimo em consignação (1)	6.978.491	37,99	7.060.546	40,16	6.978.491	37,99	7.060.546	37,32
Capital de giro	846.915	4,61	1.467.984	8,35	846.915	4,61	1.467.984	7,76
Financiamentos à exportação	328.497	1,79	524.382	2,98	328.497	1,79	524.382	2,77
Financiamentos habitacionais (2)	355.679	1,93	1.756	0,01	355.679	1,93	535.014	2,83
Financiamento a titulares de cartões de crédito (3)	1.561.446	8,51	1.416.649	8,06	1.561.446	8,51	1.416.649	7,49
Empréstimos com garantia imobiliária (2)	527.441	2,87	-	-	527.441	2,87	621.450	3,29
Créditos vinculados à cessão (4)	159.643	0,87	350.438	1,99	159.643	0,87	350.438	1,85
Financiamentos de empreendimentos imobiliários (2)	73.371	0,41	-	-	73.371	0,41	122.074	0,65
Crédito pessoal (1)	1.384	0,01	14.489	0,08	1.384	0,01	14.489	0,08
Renegociações	97.601	0,52	78.373	0,46	97.601	0,52	78.373	0,41
Operações de arrendamento mercantil (5)	-	-	-	-	222	-	1.728	0,01
Conta garantida	547.716	2,98	425.514	2,42	547.716	2,98	425.514	2,25
Total das operações de crédito	17.382.926	94,64	16.568.933	94,25	17.383.148	94,64	17.847.443	94,35
Outros créditos (6)	916.819	4,99	838.371	4,77	916.819	4,99	897.463	4,74
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (7)	67.143	0,37	172.740	0,98	67.143	0,37	172.740	0,91
Total	18.366.888	100,00	17.580.044	100,00	18.367.110	100,00	18.917.646	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	138.771	-	165.273	-	138.771	-	165.273	-
Carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	18.505.659	-	17.745.317	-	18.505.881	-	19.082.919	-

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7f);

(2) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages, o que aumentou o saldo da carteira própria no montante de R\$ 1.190.886. No Consolidado não há impacto;

(3) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(4) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios do ativo financeiro objeto da operação (Nota 8f);

(5) Registrado a valor presente;

(6) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(7) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).



b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

	Banco										
	Níveis de risco										
	Operações em curso anormal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2017	Total em 31/12/2016
Parcelas Vincendas	-	1.016.339	419.147	380.613	179.744	104.681	72.463	56.635	283.340	2.512.962	2.276.283
01 a 30	-	43.290	18.484	16.289	8.457	5.872	3.113	2.459	14.027	111.991	112.177
31 a 60	-	42.142	18.520	16.116	8.327	5.167	3.129	2.437	13.307	109.145	110.518
61 a 90	-	40.747	16.788	17.983	7.929	4.074	4.135	2.235	11.859	105.750	129.920
91 a 180	-	108.785	49.184	44.660	21.845	13.444	8.984	6.860	33.155	286.917	318.401
181 a 365	-	187.292	82.878	76.115	36.975	22.422	13.632	11.986	56.093	487.393	507.265
Acima de 365	-	594.083	233.293	209.450	96.211	53.702	39.470	30.658	154.899	1.411.766	1.098.002
Parcelas Vencidas	-	67.793	59.247	62.876	120.220	195.792	190.317	64.976	375.117	1.136.338	965.240
01 a 14	-	60.614	5.142	8.941	5.516	2.106	10.865	1.112	5.111	99.407	94.301
15 a 30	-	7.179	49.174	10.789	19.056	2.440	1.803	1.368	8.938	100.747	92.455
31 a 60	-	-	4.931	37.440	50.770	8.376	3.331	2.858	14.780	122.486	121.400
61 a 90	-	-	-	4.150	32.235	8.465	3.542	2.942	26.108	77.442	147.821
91 a 180	-	-	-	1.556	5.289	48.007	99.553	31.843	52.011	238.259	216.948
181 a 365	-	-	-	0	402	16.027	3.427	6.818	240.466	267.140	292.315
Acima de 365	-	-	-	0	6.952	110.371	67.796	18.035	27.703	230.857	-
Subtotal	-	1.084.132	478.394	443.489	299.964	300.473	262.780	121.611	658.457	3.649.300	3.241.523
Provisão Requerida	-	5.421	4.784	13.305	29.997	90.142	131.390	85.128	658.457	1.018.624	892.153

	Níveis de risco										
	Operações em curso normal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2017	Total em 31/12/2016
Parcelas Vincendas	-	13.504.977	506.090	283.648	235.701	71.679	67.735	16.937	30.821	14.717.588	14.338.521
01 a 30	-	1.856.937	26.378	30.208	82.291	9.404	29.083	411	3.675	2.038.387	1.859.174
31 a 60	-	536.870	22.398	11.243	14.112	43.821	10.638	238	1.270	640.590	585.096
61 a 90	-	471.648	31.426	7.398	2.634	436	881	157	945	515.525	504.156
91 a 180	-	1.247.829	86.127	50.394	70.374	3.063	14.528	483	1.884	1.474.682	1.459.618
181 a 365	-	2.020.627	132.317	84.825	31.024	6.823	1.862	691	1.921	2.280.090	2.380.679
Acima de 365	-	7.371.066	207.444	99.580	35.266	8.132	10.743	14.957	21.126	7.768.314	7.549.798
Subtotal	-	13.504.977	506.090	283.648	235.701	71.679	67.735	16.937	30.821	14.717.588	14.338.521
Provisão Requerida	-	67.525	5.061	8.509	23.570	21.503	33.868	11.855	30.821	202.712	154.706
Total (1)	-	14.589.109	984.484	727.137	535.665	372.152	330.515	138.548	689.278	18.366.888	17.580.044
Total Provisão	-	72.946	9.845	21.814	53.567	111.645	165.258	96.983	689.278	1.221.336	1.046.859

	Consolidado										
	Níveis de risco										
	Operações em curso anormal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2017	Total em 31/12/2016
Parcelas Vincendas	-	1.016.339	419.147	380.617	179.785	104.740	72.463	56.635	283.340	2.513.066	2.634.215
01 a 30	-	43.290	18.484	16.291	8.462	5.875	3.113	2.459	14.027	112.001	118.055
31 a 60	-	42.142	18.520	16.118	8.333	5.172	3.129	2.437	13.307	109.158	116.640
61 a 90	-	40.747	16.788	17.983	7.959	4.079	4.135	2.235	11.859	105.785	135.941
91 a 180	-	108.785	49.184	44.660	21.845	13.459	8.984	6.860	33.155	286.932	335.778
181 a 365	-	187.292	82.878	76.115	36.975	22.453	13.632	11.986	56.093	487.424	539.414
Acima de 365	-	594.083	233.293	209.450	96.211	53.702	39.470	30.658	154.899	1.411.766	1.388.387
Parcelas Vencidas	-	67.793	59.247	62.881	120.232	195.813	190.317	64.995	375.119	1.136.397	1.243.912
01 a 14	-	60.614	5.142	8.944	5.516	2.111	10.865	1.112	5.111	99.415	130.883
15 a 30	-	7.179	49.174	10.789	19.056	2.440	1.803	1.368	8.938	100.747	114.163
31 a 60	-	-	4.931	37.442	50.776	8.381	3.331	2.858	14.780	122.499	197.784
61 a 90	-	-	-	4.150	32.241	8.470	3.542	2.942	26.108	77.453	148.997
91 a 180	-	-	-	1.556	5.289	48.013	99.553	31.862	52.011	238.284	292.502
181 a 365	-	-	-	-	402	16.027	3.427	6.818	240.468	267.142	359.583
Acima 365	-	-	-	-	6.952	110.371	67.796	18.035	27.703	230.857	-
Subtotal	-	1.084.132	478.394	443.498	300.017	300.553	262.780	121.630	658.459	3.649.463	3.878.127
Provisão Requerida	-	5.421	4.784	13.305	30.003	90.166	131.390	85.141	658.459	1.018.669	1.051.222

	Níveis de risco										
	Operações em curso normal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2017	Total em 31/12/2016
Parcelas Vincendas	-	13.505.036	506.090	283.648	235.701	71.679	67.735	16.937	30.821	14.717.647	15.039.519
01 a 30	-	1.856.951	26.378	30.208	82.291	9.404	29.083	411	3.675	2.038.401	1.911.502
31 a 60	-	536.883	22.398	11.243	14.112	43.821	10.638	238	1.270	640.603	610.479
61 a 90	-	471.652	31.426	7.398	2.634	436	881	157	945	515.529	543.898
91 a 180	-	1.247.838	86.127	50.394	70.374	3.063	14.528	483	1.884	1.474.691	1.578.459
181 a 365	-	2.020.646	132.317	84.825	31.024	6.823	1.862	691	1.921	2.280.109	2.491.413
Acima de 365	-	7.371.066	207.444	99.580	35.266	8.132	10.743	14.957	21.126	7.768.314	7.903.768
Subtotal	-	13.505.036	506.090	283.648	235.701	71.679	67.735	16.937	30.821	14.717.647	15.039.519
Provisão Requerida	-	67.525	5.061	8.509	23.570	21.503	33.868	11.855	30.821	202.712	172.701
Total (1)	-	14.589.168	984.484	727.146	535.718	372.232	330.515	138.567	689.280	18.367.110	18.917.646
Total Provisão	-	72.946	9.845	21.814	53.573	111.669	165.258	96.996	689.280	1.221.381	1.223.923

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a).



c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ⁽¹⁾:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do período	1.071.651	954.613	1.248.715	1.070.436
- Saldo oriundo de Incorporação (2)	209.422	-	-	-
- Constituição/reversão de provisão	1.056.769	985.630	1.119.812	1.118.428
- Baixas contra a provisão	(1.071.804)	(868.592)	(1.102.443)	(940.149)
Saldo do fim do período	1.266.038	1.071.651	1.266.084	1.248.715
- Créditos recuperados (1)(3)	259.963	200.789	271.959	228.680
- Efeito no resultado (4)	(797.070)	(784.841)	(848.117)	(889.748)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11); e (iv) créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios (Nota 21b);

(2) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages pelo Banco PAN;

(3) No exercício findo em 31/12/2017, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 271.959 (sendo R\$ 259.963 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 510 de recuperação de operação de arrendamento mercantil, R\$ 6.755 de recuperação de crédito na Brazilian Finance e R\$ 4.731 de recuperação de créditos imobiliários na Brazilian Mortgages); e

(4) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

d) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	Banco				Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	15.924.109	86,71	14.568.685	82,87	15.924.109	86,71	15.341.467	81,10
Agroindústria	240.085	1,31	498.061	2,83	240.085	1,31	498.061	2,63
Açúcar e Etanol	118.589	0,65	182.903	1,04	118.589	0,65	182.903	0,97
Agronegócio e Proteína Animal	121.496	0,66	315.158	1,79	121.496	0,66	315.158	1,66
Comércio	385.709	2,11	586.445	3,34	385.709	2,11	586.544	3,10
Atacado e Varejo	385.709	2,11	586.445	3,34	385.709	2,11	586.544	3,10
Indústrias de Base	191.814	1,03	283.179	1,61	191.814	1,03	283.469	1,50
Autopeças	12.072	0,06	16.382	0,09	12.072	0,06	16.382	0,09
Indústria Química	9.380	0,05	23.103	0,13	9.380	0,05	23.103	0,12
Outras Indústrias	84.821	0,46	147.288	0,84	84.821	0,46	147.578	0,78
Papel e Celulose	64.942	0,35	68.522	0,39	64.942	0,35	68.522	0,36
Têxtil	20.599	0,11	27.884	0,16	20.599	0,11	27.884	0,15
Serviços	1.625.171	8,84	1.643.674	9,35	1.625.393	8,84	2.208.105	11,67
Construção e Incorporação	906.967	4,94	803.443	4,57	906.967	4,94	1.366.635	7,22
Financeiros	141.823	0,77	137.020	0,78	141.823	0,77	137.020	0,71
Locação de Veículos	18.591	0,11	22.003	0,13	18.591	0,11	22.003	0,12
Mídia, TI e Telecom	4.792	0,03	2.327	0,01	4.792	0,03	2.327	0,01
Outros Serviços	411.091	2,22	480.411	2,73	411.313	2,22	481.650	2,55
Saúde, Segurança e Educação	5.750	0,02	35.435	0,21	5.750	0,02	35.435	0,19
Transporte e Logística	98.995	0,54	139.360	0,79	98.995	0,54	139.360	0,74
Utilitários	37.162	0,21	23.675	0,13	37.162	0,21	23.675	0,13
Total (1)	18.366.888	100,00	17.580.044	100,00	18.367.110	100,00	18.917.646	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a).

e) **Concentração das operações de crédito:**

Maiores Devedores	Banco				Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	400.087	2,18	405.678	2,31	400.087	2,18	434.910	2,30
50 seguintes maiores devedores	874.191	4,76	909.449	5,17	874.191	4,76	1.042.311	5,51
100 seguintes maiores devedores	682.770	3,72	889.182	5,06	682.770	3,72	1.026.921	5,43
Demais devedores	16.409.840	89,34	15.375.735	87,46	16.410.062	89,34	16.413.504	86,76
Total	18.366.888	100,00	17.580.044	100,00	18.367.110	100,00	18.917.646	100,00

f) **Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:**

I. **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:**

Nos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	Banco					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	922.651	592.687	329.964	4.816.223	4.492.214	324.009
Empréstimo em consignação	9.848.957	7.145.059	2.703.898	6.941.601	5.177.993	1.763.608
Financiamentos habitacionais	-	-	-	6.149	6.097	52
Empréstimo com garantia imobiliária	-	-	-	230.030	214.049	15.981
Total	10.771.608	7.737.746	3.033.862	11.994.003	9.890.353	2.103.650

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	922.651	592.687	329.964	4.816.223	4.492.214	324.009
Empréstimo em consignação	9.848.957	7.145.059	2.703.898	6.941.601	5.177.993	1.763.608
Financiamentos habitacionais	-	-	-	6.149	5.916	233
Empréstimo com garantia imobiliária	-	-	-	230.030	184.761	45.269
Total	10.771.608	7.737.746	3.033.862	11.994.003	9.860.884	2.133.119

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

II. **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:**

Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam R\$ 159.643, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 350.438 em 31/12/2016), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 204.360 (R\$ 414.116 em 31/12/2016) (Nota 21b).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8f)	3.033.862	2.103.650	3.033.862	2.133.119
Crédito direto ao consumidor	1.452.798	1.303.622	1.452.798	1.303.622
Empréstimos em consignação	1.839.792	1.610.922	1.839.792	1.610.922
Cartão de crédito	691.541	593.124	691.541	593.124
Ajuste a valor de mercado – Carteira Varejo (1)	(26.502)	165.273	(26.502)	165.273
Financiamento à exportação	112.640	259.076	112.640	259.076
Capital de giro/Conta Garantida	269.803	346.772	269.803	346.772
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (2)	259.963	200.789	271.959	228.680
Crédito pessoal	2.166	41.267	2.166	41.267
Renegociações	17.616	13.842	17.616	13.842
Habitacionais	14.048	364	33.170	81.078
Rendas de empreendimentos imobiliários	1.377	-	4.459	13.809
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	34.301	-	76.051	132.978
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (3)	-	-	437	521
Outras	506	1.140	506	1.140
Total	7.703.911	6.639.841	7.780.298	6.925.223

(1) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

(2) No Consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(3) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

Banco e Consolidado	31/12/2017	31/12/2016
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	57.474	164.620
Rendas a receber	10.695	7.949
Total do Ativo	68.169	172.569
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	56.448	165.441
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(56.448)	(164.791)
Total do Passivo	-	650

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de financiamento à exportação	123.521	185.982
Varição Cambial	(104.980)	(187.227)
Total	18.541	(1.245)

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2017	31/12/2016
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	4.010	4.997
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	9.997	22.402
Total				14.007	27.399

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos possuem cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os mesmos são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos quando apresentarem características como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos tributários (Nota 32b)	2.900.329	2.875.973	3.151.336	3.292.108
Valores a receber por cessão de créditos	916.550	1.128.806	916.550	1.128.806
Títulos e créditos a receber (1)	916.819	838.371	916.819	897.463
Depósitos judiciais e fiscais	246.994	236.543	280.307	266.922
Impostos e contribuições a compensar	198.490	201.784	250.160	255.616
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	106.841	100.109	106.841	100.109
Valores a receber de sociedades ligadas	42.304	45.307	39.691	36.730
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	11.558	10.724	12.249	11.427
Benefício residual em operações securitizadas (3)	-	-	11.215	2.927
Adiantamentos e antecipações salariais	1.291	1.531	1.352	1.592
Outros	109.645	118.386	114.277	126.643
Total	5.450.821	5.557.534	5.800.797	6.120.343

- (1) Inclui: (i) valores a receber relativos a transações de pagamento com cartão de crédito no montante de R\$ 676.792 (R\$ 655.540 em 31/12/2016). A contabilização desse ativo foi alterada pela Carta Circular nº 3.828/17 do BACEN; e (ii) títulos de créditos a receber com característica de concessão de crédito no montante de R\$ 240.027 (R\$ 182.831 no Banco e R\$ 241.923 no Consolidado em 31/12/2016);
- (2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2017 é de R\$ 43.084 (R\$ 21.583 em 31/12/2016); e (ii) provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 1.618 (R\$ 2.945 em 31/12/2016) (Nota 8c); e
- (3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização.

12) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

	Valor Residual							
	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2017	31/12/2016	Custo	Provisão para perdas	31/12/2017	31/12/2016
Veículos	18.331	(93)	18.238	18.369	18.363	(973)	17.390	17.387
Veículos em regime especial	19.535	(15.261)	4.274	5.276	20.533	(15.261)	5.272	6.763
Imóveis (1)	346.333	(47.253)	299.080	85.202	356.266	(47.720)	308.546	281.777
Imóveis em regime especial (1)	15.362	(4.290)	11.072	-	15.362	(4.290)	11.072	4.794
Total dos bens não de uso próprio	399.561	(66.897)	332.664	108.847	410.524	(68.244)	342.280	310.721
Outros bens	313	-	313	640	313	-	313	640
Total de outros valores e bens	399.874	(66.897)	332.977	109.487	410.837	(68.244)	342.593	311.361

- (1) O aumento significativo desta rubrica deve-se a incorporação da empresa Brazilian Mortgages no dia 28/06/2017, no montante de R\$ 197.862 líquidos de provisão para perda.

b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Comissões pagas a correspondentes bancários	144.902	337.465	148.072	341.582
Gastos na emissão de títulos no Exterior	3.415	4.933	3.415	4.933
Outras	9.683	8.034	10.827	9.786
Total	158.000	350.432	162.314	356.301



13) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			ON	PN	Cotas			31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	Exercício findo em
							31/12/2017				31/12/2016
Pan Arrendamento Mercantil S.A. (2)(3)(4)	356.736	350.907	11	-	-	100,00	(4.483)	350.907	105.254	(4.483)	(7.039)
Pan Administradora de Consórcio (2)(5)	42.388	45.067	-	-	48.168	100,00	2.555	45.067	42.633	2.555	(3.939)
Brazilian Securities Companhia de Securitização (6)(7)	174.201	210.871	77.865	-	-	100,00	(2.706)	212.473	216.029	(2.706)	(2.342)
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (2)	107.662	160.422	0,2	0,5	-	100,00	11.459	160.422	151.922	11.459	10.912
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2)(6)	179.864	206.395	-	-	179.864	100,00	5.940	209.277	205.858	5.940	7.997
Stone Pagamentos S.A. (7)(8)(9)	-	-	-	-	-	-	(2.993)	-	48.609	(2.993)	33.157
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (10)	-	-	-	-	-	-	(65.995)	-	171.303	(65.995)	(84.225)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.898)
Total								978.146	941.608	(56.223)	(61.377)

- (1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
- (2) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2017 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;
- (3) Em 31/10/2016 o Banco PAN aumentou capital no montante de R\$ 100.000, sendo aportado 50% do valor na data do evento e o restante em 13/02/2017, foi homologado pelo BACEN em 25/01/2017;
- (4) Em 08/06/2017 o Banco PAN aumentou capital no montante de R\$ 200.000, sendo aportado 50% do valor na data do evento e o restante em 20/07/2017, foi homologado pelo BACEN em 14/07/2017;
- (5) Em 31/10/2016 o Banco PAN aumentou capital no montante de R\$ 30.000;
- (6) O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 4.483, BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. R\$ 2.881 e Brazilian Securities Companhia de Securitização R\$ 1.602;
- (7) Empresa auditada por outro auditor independente;
- (8) A partir de ago/2016 o Banco PAN reclassificou o investimento da Stone para coligada por passar a exercer influência significativa, e assim começou a utilizar o método de equivalência patrimonial;
- (9) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A. por R\$ 229.000 (Nota 33h);
- (10) Empresa incorporada pelo Banco PAN em 28/06/2017 e homologado pelo BACEN em 16/11/2017; e
- (11) Empresa incorporada pelo Banco PAN em 20/12/2016 e homologado pelo BACEN em 28/06/2017.

b) Outros Investimentos:

Composto por investimento detido na Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

14) IMOBILIZADO

a) Os Ativos imobilizados são compostos por:

Banco	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2017	31/12/2016
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	43.805	(23.840)	19.965	27.301
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.467	(660)	807	912
Sistemas de processamento de dados	20%	23.939	(17.021)	6.918	9.621
Total em 31/12/2017		69.211	(41.521)	27.690	-
Total em 31/12/2016		71.546	(33.712)	-	37.834

Consolidado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2017	31/12/2016
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	43.843	(23.878)	19.965	27.305
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.467	(660)	807	912
Sistemas de processamento de dados	20%	23.939	(17.021)	6.918	9.621
Total em 31/12/2017		69.249	(41.559)	27.690	-
Total em 31/12/2016		71.585	(33.747)	-	37.838

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

Banco	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2016	27.301	912	9.621	37.834
Aquisições	393	42	1.503	1.938
Baixas	(2.118)	-	-	(2.118)
Depreciação	(5.611)	(147)	(4.206)	(9.964)
Saldo em 31/12/2017	19.965	807	6.918	27.690

Consolidado	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2016	27.305	912	9.621	37.838
Aquisições	393	42	1.503	1.938
Baixas	(2.118)	-	-	(2.118)
Depreciação	(5.615)	(147)	(4.206)	(9.968)
Saldo em 31/12/2017	19.965	807	6.918	27.690

15) INTANGÍVEL

a) No exercício encerrado em 31/12/2017, foram amortizados ágios no montante de R\$ 18.811 no Banco PAN e R\$ 25.053 no Consolidado (Nota 27b).

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2017	31/12/2016
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	130.068	(89.457)	40.611	44.593
Ágio	10%	229.514	(124.320)	105.194	-
Total em 31/12/2017		359.582	(213.777)	145.805	-
Total em 31/12/2016		113.192	(68.599)	-	44.593

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2017	31/12/2016
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	130.898	(90.054)	40.844	47.541
Ágio	10%	250.532	(135.705)	114.827	139.880
Total em 31/12/2017		381.430	(225.759)	155.671	-
Total em 31/12/2016		367.731	(180.310)	-	187.421

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2016	44.593	-	44.593
Saldo oriundo de incorporação (1)	2.005	118.582	120.587
Adições	18.219	-	18.219
Baixas	(2.062)	-	(2.062)
Amortização	(22.144)	(13.388)	(35.532)
Saldo em 31/12/2017	40.611	105.194	145.805

(1) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages pelo Banco PAN.

Consolidado	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2016	47.541	139.880	187.421
Adições	18.381	-	18.381
Baixas	(2.667)	-	(2.667)
Amortização	(22.411)	(25.053)	(47.464)
Saldo em 31/12/2017	40.844	114.827	155.671

16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos à vista (1)	25.543	-	-	-	-	25.543	60.015
Depósitos interfinanceiros	8.276.104	400.922	44.174	217.298	32.175	8.970.673	11.765.701
Depósitos a prazo (2)	70.345	164.354	100.244	273.597	4.530.089	5.138.629	2.723.173
Total em 31/12/2017	8.371.992	565.276	144.418	490.895	4.562.264	14.134.845	-
Total em 31/12/2016	11.777.785	42.249	64.181	204.831	2.459.843	-	14.548.889

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos à vista (1)	25.439	-	-	-	-	25.439	54.762
Depósitos interfinanceiros	8.276.104	369.474	44.174	8.221	32.175	8.730.148	11.765.701
Depósitos a prazo (2)	70.345	164.354	100.244	256.427	4.308.596	4.899.966	2.514.071
Total em 31/12/2017	8.371.888	533.828	144.418	264.648	4.340.771	13.655.553	-
Total em 31/12/2016	11.772.532	42.249	64.181	188.992	2.266.580	-	14.334.534

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f).

b) Captações no mercado aberto:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Carteira Própria	976.236	-	-	-	106.022	1.082.258	1.322.510
Letras do Tesouro Nacional – LTN	201.059	-	-	-	-	201.059	789.143
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	579.011	-	-	-	106.022	685.033	361.338
Notas do Tesouro Nacional – NTN	196.166	-	-	-	-	196.166	172.029
Carteira de Terceiros	517.056	-	-	-	-	517.056	705.512
Notas do Tesouro Nacional – NTN	517.056	-	-	-	-	517.056	705.512
Total em 31/12/2017	1.493.292	-	-	-	106.022	1.599.314	-
Total em 31/12/2016	1.927.684	-	-	-	100.338	-	2.028.022

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Carteira Própria	976.236	-	-	-	98.195	1.074.431	1.319.112
Letras do Tesouro Nacional – LTN	201.059	-	-	-	-	201.059	789.143
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	579.011	-	-	-	98.195	677.206	357.940
Notas do Tesouro Nacional – NTN	196.166	-	-	-	-	196.166	172.029
Carteira de Terceiros	517.056	-	-	-	-	517.056	705.512
Notas do Tesouro Nacional – NTN	517.056	-	-	-	-	517.056	705.512
Total em 31/12/2017	1.493.292	-	-	-	98.195	1.591.487	-
Total em 31/12/2016	1.927.684	-	-	-	96.940	-	2.024.624

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Títulos e Valores Mobiliários – País							
Letras Financeiras – LF	6.941	285.201	190.159	134.030	196.262	812.593	1.170.627
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	19.427	3.752	271	276	79.905	103.631	256.377
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	92.205	250.692	190.311	374.576	421.333	1.329.117	915.991
Total em 31/12/2017	118.573	539.645	380.741	508.882	697.500	2.245.341	-
Total em 31/12/2016	462.669	252.890	318.308	535.729	773.399	-	2.342.995

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Títulos e Valores Mobiliários - País							
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	10	18	25	50	4.111	4.214	7.613
Letras Financeiras – LF	6.941	285.201	190.159	134.030	196.262	812.593	1.170.627
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	19.427	3.752	271	276	79.905	103.631	256.377
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	92.205	250.692	190.311	374.576	421.333	1.329.117	1.721.091
Total em 31/12/2017	118.583	539.663	380.766	508.932	701.611	2.249.555	-
Total em 31/12/2016	558.526	311.291	383.848	778.083	1.123.960	-	3.155.708

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos Interfinanceiros	1.201.229	1.563.108	1.191.234	1.563.096
Depósitos a Prazo	629.582	425.847	610.191	402.049
Letras Financeiras	104.665	215.390	104.665	215.390
Variação Cambial	22.337	(316.837)	22.337	(316.837)
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior e Dívidas Subordinadas	140.244	139.521	140.244	139.521
Letras de Crédito Imobiliário	99.652	99.225	138.729	231.756
Operações Compromissadas	141.167	303.029	140.625	302.397
Letras de Crédito do Agronegócio	18.324	56.036	18.324	56.036
Captações no Exterior – Dívida Subordinada (1)	(14.343)	(155.334)	(14.343)	(155.334)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos	7.833	5.137	8.344	6.677
Créditos Cedidos com Retenção de Risco	43.243	42.568	43.242	42.568
Total	2.393.933	2.377.690	2.403.592	2.487.319

(1) Foi reclassificado de outras receitas para despesas de aplicações no exterior, o montante de R\$ 86.455 para data-base 31/12/2016.

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	Banco e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Recebimentos e pagamentos a liquidar (1)	654.035	649.072
Correspondentes no País (2)	197.184	155.796
Total	851.219	804.868

- (1) A partir de 19/06/2017 o BACEN através da Carta Circular nº 3.828/17, alterou a contabilização e divulgação das transações com pagamentos de cartão de crédito, anteriormente tais valores eram divulgados na NE 21b (Outras Obrigações Diversas); e
(2) Referem-se a recebimentos de parcelas relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito, são representados por: crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito imobiliário.

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

Consolidado	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
No exterior (1)(2)(3)	-	-	-	-	-	-	134.101
Total em 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	-	-	2.038	132.063	-	134.101

(1) Operação da Brazilian Securities junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

(2) Objeto de hedge contábil (Nota 7f); e

(3) Empréstimo liquidado antecipadamente junto ao BID na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
No Exterior (1)	(1.509)	16.243
Total	(1.509)	16.243

(1) O montante de variação cambial totalizou em 31/12/2017 uma receita de R\$ 1.660 (e uma receita de R\$ 26.019 em 31/12/2016).

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	Banco e Consolidado	
					31/12/2017	31/12/2016
No Exterior (1):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.585.191	1.576.844
No País:						
2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100% da taxa CDI + 1,35% ao ano	19.152	17.190
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	169.895	156.631
2019 (4)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	757	681
Total					1.774.995	1.751.346

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 14.343 no exercício findo em 31/12/2017 (receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7f);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretensão enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I- Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	281.191	206.726	294.968	222.741
Processos trabalhistas	358.731	174.230	381.513	188.330
Processos tributários	931	323	23.178	11.538
Total (Nota 21b)	640.853	381.279	699.659	422.609

II- Movimentação das provisões:

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2016	206.726	174.230	323	381.279
Saldo oriundo de incorporação (1)	4.167	510	206	4.883
Baixas	(119.254)	(105.179)	(253)	(224.686)
Constituições líquidas de reversões	189.552	289.170	655	479.377
Saldo em 31/12/2017	281.191	358.731	931	640.853

(1) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages pelo Banco PAN.

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2016	222.741	188.330	11.538	422.609
Baixas	(125.223)	(111.841)	(284)	(237.348)
Constituições líquidas de reversões	197.450	305.024	11.924	514.398
Saldo em 31/12/2017	294.968	381.513	23.178	699.659

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III- Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda julgamento de Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. Os processos aguardam resultado da diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, devendo, em seguida, ocorrer o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.



No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, na qual houve julgamento parcialmente favorável em primeira instância. Atualmente, o processo aguarda apreciação de embargos de declaração.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de swap da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro aguarda publicação de acórdão de julgamento que reconheceu parcialmente a procedência de Recurso Voluntário, para que o Banco PAN S.A. possa apresentar Recurso de Revista à Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o segundo aguarda julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente suposta ausência do recolhimento da contribuição previdenciária dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, no valor de R\$ 3.099. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A. pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.446. Após apresentação da impugnação administrativa, os processos aguardam julgamento na Delegacia de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
COFINS a recolher	10.550	18.112	11.674	18.938
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	5.977	6.593	6.061	6.739
Impostos e contribuições sobre salários	13.335	14.993	13.483	15.589
PIS a recolher	1.714	2.943	1.910	3.085
ISS a recolher	1.287	2.076	1.330	2.141
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	3.405	1.382	3.405	1.382
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.042	5.481	9.256	21.081
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	-	-	84.682	87.302
Total	38.310	51.580	131.801	156.257

b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cessão com retenção de riscos (1)	204.360	414.116	204.360	414.116
Provisão para passivos contingentes (Nota 20)	640.853	381.279	699.659	422.609
Provisão para pagamentos a efetuar	538.115	489.878	538.886	492.834
Arrecadação de cobrança	121.936	77.260	122.177	77.501
Valores a pagar a sociedades ligadas	16.544	21.446	15.250	20.190
Operações com cartão de crédito (2)	18.980	27.069	18.980	27.069
Valores específicos de consórcio	-	-	7.831	4.080
Provisão para cartas de fiança (Nota 8c)	-	264	-	264
Outros	33.894	25.781	34.289	28.058
Total	1.574.682	1.437.093	1.641.432	1.486.721

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução CMN nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f); e

(2) Após a entrada em vigor da Carta Circular nº 3.828/17 do BACEN, que altera a contabilização das operações com cartão de crédito (arranjos de pagamentos), parte do saldo aqui apresentado anteriormente foram reclassificados para a nota explicativa de Relações Interfinanceiras (Nota 17), para efeito de comparabilidade, o saldo de 31/12/2016 também foi reclassificado.

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 31/12/2017 e 31/12/2016. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Ordinárias	535.029.747	535.029.747
Preferenciais	394.010.416	394.010.416
Total	929.040.163	929.040.163

Em 06/11/2017, o Conselho de Administração do PAN aprovou aumento do Capital Social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes.

O Aumento de Capital tem como objetivo: (i) amparar o desenvolvimento das atividades da Companhia; e (ii) reforçar a estrutura de capital da Companhia, fortalecendo o compromisso dos acionistas controladores, BTG Pactual e CaixaPar, em dar suporte à Companhia para execução de seu plano de negócios.

Demais informações estão descritas na nota explicativa 33i.

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do

capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo da provisão de juros sobre o capital próprio no exercício findo de 31/12/2017.

	31/12/2017	% (1)
Lucro líquido	212.606	
Prejuízo acumulado de exercício anterior	(34.311)	
Resultado antes da reserva legal	178.295	
(-) Reserva Legal	(8.915)	
Base de cálculo	169.380	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	69.800	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(10.470)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	59.330	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações de crédito	175.179	266.783	175.236	266.885
Rendas de cartão	122.070	120.831	122.070	120.831
Rendas de intermediação de negócios	69.857	59.254	69.857	61.002
Rendas de serviços de cobrança	114	805	114	805
Administração de consórcios	-	-	24.188	24.764
Outras	10.337	9.192	11.771	15.118
Total	377.557	456.865	403.236	489.405

24) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Proventos	282.650	242.454	284.510	303.764
Encargos Sociais	86.370	79.055	87.479	106.166
Benefícios	66.246	51.819	67.010	71.222
Honorários (Nota 29b)	19.488	16.110	21.260	24.892
Outros	3.283	2.603	3.313	2.771
Total	458.037	392.041	463.572	508.815

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.111.933	1.309.410	1.117.353	1.173.382
Serviços de terceiros	290.230	253.220	310.408	282.561
Serviços do sistema financeiro	158.311	145.107	161.707	153.169
Processamento de dados	171.698	137.816	172.512	140.334
Aluguéis	44.866	42.198	45.287	51.328
Comunicações	44.125	47.141	44.325	49.576
Depreciação e amortização	32.108	35.890	32.379	39.574
Propaganda, promoções e publicidade	22.425	16.807	23.538	19.777
Despesas com busca e apreensão de bens	39.422	28.767	39.534	28.767
Manutenção e conservação de bens	4.966	3.452	4.976	4.904
Viagens	4.177	4.431	4.197	6.111
Transporte	5.605	4.661	5.633	5.033
Taxas e emolumentos	5.732	3.617	8.749	7.603
Materiais de consumo	746	590	746	703
Outras	104.832	88.516	114.696	109.719
Total	2.041.176	2.121.623	2.086.040	2.072.541

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição à COFINS	155.676	141.720	162.257	162.465
Contribuição ao PIS	25.297	23.030	26.495	27.161
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	16.712	21.227	17.316	29.383
Impostos e taxas	4.563	3.719	13.932	16.112
Total	202.248	189.696	220.000	235.121

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de encargos e despesas	133.701	95.993	137.273	100.027
Varição monetária ativa / cambial (1)	59.067	46.705	77.785	54.296
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	5.099	3.975
Reversão de provisões	10.425	3.413	14.823	19.511
Outras	15.134	22.860	27.666	27.182
Total	218.327	168.971	262.646	204.991

(1) Foi reclassificado de outras receitas para despesas de aplicações no exterior, o montante de R\$ 86.455 para a data-base 31/12/2016.

b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cessão de operações de crédito	1.264.077	505.108	1.268.734	505.108
Constituição de provisões	479.591	263.233	533.659	345.974
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	58.415	62.992	58.484	63.514
Variação monetária passiva / cambial	58.510	207.082	58.513	207.178
Descontos concedidos	18.306	29.132	18.316	29.725
Amortização de ágio (Nota 15a)	18.811	11.645	25.053	25.053
Gravames	18.674	23.811	18.715	23.851
Outras	62.286	56.116	66.247	60.583
Total	1.978.670	1.159.119	2.047.721	1.260.986

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado na alienação de outros valores e bens	(5.960)	(44.616)	(8.688)	(48.864)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	14.557	2.408	17.003	6.173
Impairment de ativos não financeiros	(38.083)	(18.444)	(39.422)	(24.853)
Resultado na alienação de investimento (1)	183.384	-	183.384	-
Outros	26	1.046	26	1.046
Total	153.924	(59.606)	152.303	(66.498)

(1) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A. (Nota 33h).

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	Banco			
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2018	85.704	-	6.132	5.327
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	-	-	609.913	-	65.328
Caixa Econômica Federal	-	-	-	3.836	5.647
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	65.787	778	8.068
Total		85.704	675.700	10.746	84.370
Cessão de crédito (b)					
Caixa Econômica Federal	08/11/2025	916.550	1.128.806	-	-
Total		916.550	1.128.806	-	-
Outros créditos					
Banco BTG Pactual S.A.(c)	29/12/2017	-	-	1.269	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	33.886	30.053	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	5.783	6.583	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	22	13	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	Sem prazo	-	4.774	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (d)(e)	Sem prazo	3.522	2.390	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.(e)	Sem prazo	129	73	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (e)(f)	Sem prazo	4.562	4.069	-	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	-	78	-	-
Total		47.904	48.033	1.269	-
Depósitos à vista (g)					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(324)	(340)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(8)	(154)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	(32)	(17)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(54)	(12)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(5)	(2)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(5)	(1)	-	-
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	Sem prazo	-	(5.199)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(8)	(21)	-	-
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(62)	(1)	-	-
Total		(498)	(5.747)	-	-
Depósitos interfinanceiros (h)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2018	(400.058)	(435.077)	(79.069)	(66.077)
Caixa Econômica Federal	31/01/2018	(8.118.981)	(11.231.214)	(1.094.817)	(1.484.658)
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	-	-	-	-	(11)
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	30/11/2018	(240.526)	-	(9.995)	-
Total		(8.759.565)	(11.666.291)	(1.183.881)	(1.550.746)
Depósitos a prazo (i)					
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	14/12/2020	(23.099)	(29.815)	(3.402)	(3.003)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	14/12/2020	(36.478)	(33.402)	(3.351)	(1.204)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	-	-	(3.671)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	11/12/2020	(111.562)	(91.347)	(8.786)	(9.781)

Brazilian Finance & Real Estate S.A.	11/12/2020	(82.273)	(80.487)	(6.772)	(8.448)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	04/12/2020	(8.350)	(3.866)	(483)	(694)
Banco BTG Pactual S.A.	22/12/2021	(27.171)	-	(532)	(13)
Pessoal chave da administração	27/05/2019	(2.751)	-	(119)	-
Total		(291.684)	(238.917)	(23.445)	(26.814)
Obrigações por operações compromissadas					
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(527.189)	(35.653)	(72.806)
Caixa Econômica Federal	02/01/2018	(900.119)	-	(1.328)	(477)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	31/08/2021	(7.827)	(3.399)	(541)	(631)
Total		(907.946)	(530.588)	(37.522)	(73.914)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (j)					
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(49.336)	(113.606)	(7.235)	(28.106)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	14/05/2022	-	-	(1.061)	-
Pessoal chave da administração	14/05/2022	(34.924)	(35.875)	(3.390)	(4.292)
Total		(84.260)	(149.481)	(11.686)	(32.398)
Instrumentos financeiros derivativos (k)					
Brazilian Securities Companhia de Securitização	01/06/2020	-	16.465	10.780	43.212
Banco BTG Pactual S.A.	01/06/2020	(50.739)	13.399	(105.768)	(280.326)
Total		(50.739)	29.864	94.988	(237.114)
Outras obrigações					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(15.250)	(19.927)	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	Sem prazo	-	(1.318)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(993)	(35)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	31/10/2017	(301)	(71)	-	-
Total		(16.544)	(21.351)	-	-
Receita de prestação de serviços (l)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	63.417	58.081
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	-	598	286
Total		-	-	64.015	58.367
Despesa de pessoal					
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	-	-	-	-	(266)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(289)	(231)
Total		-	-	(289)	(497)
Outras despesas administrativas					
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	-	-	(151.557)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(16.287)	(4.178)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(1.685)	(271)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(115)
Tecban S.A.	-	-	-	(1.490)	(1.383)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(23.217)	(8.778)
Total		-	-	(42.794)	(166.282)
Resultado obtido na cessão de crédito tributário					
Banco BTG Pactual S.A. (c)	-	-	-	102.500	-
Total		-	-	102.500	-
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.859.668	2.095.079
Total		-	-	2.859.668	2.095.079

(a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

- (c) Em 29/08/2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual S.A. de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410.000. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102.500, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão;
- (d) Refere-se a saldo oriundo de cessão de crédito, no montante de R\$ 1.136 e valores a receber referente a BNDU, no montante de R\$ 127. Em 31/12/2016 o saldo de cessão de crédito era de R\$ 2.390;
- (e) Saldo provisionado referente a dividendos que será pago até 31/12/2018, sendo: R\$ 3.219 da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A, R\$ 2.260 da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização e R\$ 121 da Pan Administradora de Consórcio Ltda.;
- (f) Saldo provisionado de R\$ 1.343, referente ao saldo remanescente da redução de capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A, conforme AGE de 18/09/2013;
- (g) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (h) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (i) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (j) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;
- (k) Referem-se às operações de Swap; e
- (l) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios.

	Prazo máximo	Consolidado			
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.155	10.320	-	-
Total		1.155	10.320	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2018	85.704	-	6.132	5.327
Caixa Econômica Federal	-	-	-	3.836	5.647
Total		85.704	-	9.968	10.974
Cessão de crédito (c)					
Caixa Econômica Federal	08/11/2025	916.550	1.128.806	-	-
Total		916.550	1.128.806	-	-
Outros créditos					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	33.886	30.053	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	5.783	6.583	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	22	13	-	-
Banco BTG Pactual S.A. (d)	29/12/2017	-	-	1.269	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	-	78	-	-
Total		39.691	36.727	1.269	-
Depósitos à vista (e)					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(324)	(340)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(8)	(154)	-	-
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(62)	(1)	-	-
Total		(394)	(495)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2018	(400.058)	(435.077)	(79.069)	(66.077)
Caixa Econômica Federal	31/01/2018	(8.118.981)	(11.231.214)	(1.094.817)	(1.484.658)
Total		(8.519.039)	(11.666.291)	(1.173.886)	(1.550.735)
Depósitos a prazo (g)					
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	14/12/2020	(23.099)	(29.815)	(3.402)	(3.003)
Banco BTG Pactual S.A.	22/12/2021	(27.171)	-	(532)	(13)
Pessoal chave da administração	27/05/2019	(2.751)	-	(119)	-
Total		(53.021)	(29.815)	(4.053)	(3.016)
Obrigações por operações compromissadas					



Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(527.189)	(35.653)	(72.086)
Caixa Econômica Federal	02/01/2018	(900.119)	-	(1.328)	(477)
Total		(900.119)	(527.189)	(36.981)	(72.563)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)					
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(49.336)	(161.299)	(7.235)	(37.080)
Pessoal chave da administração	14/05/2020	(34.924)	(37.845)	(3.390)	(4.525)
Total		(84.260)	(199.144)	(10.625)	(41.605)
Instrumentos financeiros derivativos (i)					
Banco BTG Pactual S.A.	01/06/2020	(50.739)	13.399	(105.768)	(280.326)
Total		(50.739)	13.399	(105.768)	(280.326)
Outras obrigações					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(15.250)	(19.927)	-	-
Total		(15.250)	(19.927)	-	-
Receita de prestação de serviços (j)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	63.417	58.081
Total		-	-	63.417	58.081
Despesa de Pessoal					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(292)	(395)
Total		-	-	(292)	(395)
Outras despesas administrativas					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(16.287)	(4.178)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(1.702)	(271)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(115)
Tecban S.A.	-	-	-	(1.490)	(1.383)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(23.217)	(8.778)
Total		-	-	(42.811)	(14.725)
Resultado obtido na cessão de créditos tributários					
Banco BTG Pactual S.A. (d)	-	-	-	102.500	-
Total		-	-	102.500	-
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.859.668	2.104.548
Total		-	-	2.859.668	2.104.548

- (a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;
- (b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (d) Em 29/08/2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual S.A. de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410.000. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102.500, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão;
- (e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (f) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (h) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;
- (i) Referem-se às operações de Swap; e
- (j) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos Administradores:

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28/04/2017 e 24/11/2017 foram aprovadas a remuneração máxima global para os Administradores do Conglomerado PAN para o exercício de 2017, no montante de até R\$ 28.400 (R\$ 60.000 no exercício de 2016).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários (Nota 24)	19.488	16.110	21.260	24.892
Contribuição ao INSS	4.385	3.625	4.784	5.601
Total	23.873	19.735	26.044	30.493

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de referência nível I	1.784.926	1.908.118
Capital Principal	1.784.926	1.908.118
Patrimônio de referência nível II	631.294	779.430
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.416.220	2.687.548
Patrimônio de referência	2.416.220	2.687.548
- Risco de crédito	15.583.707	18.697.144
- Risco de mercado	195.002	329.776
- Risco operacional	2.359.044	1.285.684
Ativo ponderado pelo risco – RWA	18.137.752	20.312.604
Índice de Basileia	13,32%	13,23%
Nível I	9,84%	9,39%
Nível II	3,48%	3,84%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda,

obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2017

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(901)	(186.606)	(378.531)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(288)	(74.370)	(141.006)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(190)	(19.965)	(38.265)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(63)	(1.584)	(3.168)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(8)	(544)	(1.097)
Total em 31/12/2017		(1.450)	(283.069)	(562.067)
Total em 31/12/2016		(2.956)	(611.346)	(1.180.727)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de setembro de 2017, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2017 e 31/12/2016.

Ativos – Dólar	31/12/2017	31/12/2016
Operações de crédito (ACC/CCE)	140.212	286.653
Outros Recebíveis	-	9.782
Total Ativos	140.212	296.435

Passivos – Dólar	31/12/2017	31/12/2016
Dívida subordinada	1.585.191	1.576.844
Obrigações por empréstimos no Exterior	-	134.101
Total Passivos	1.585.191	1.710.945

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Posição comprada - Dólar				
Swap	1.113.478	1.309.090	1.766.600	1.946.661
DDI	65.606	59.898	65.606	59.898
Total	1.179.084	1.368.988	1.832.206	2.006.559
Posição Vendida - Dólar				
Swap	22.343	147.086	22.802	125.744
DDI	151.990	214.951	151.900	214.951
DOL	29.053	21.299	29.053	21.299
Total	203.386	383.336	203.755	361.994

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem

como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	1.715.141	1.730.706	15.565	2.277.236	2.287.958	10.722
- Ajuste de títulos para negociação	50.757	50.757	-	71.749	71.749	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.125.072	1.125.072	-	1.051.516	1.051.516	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	539.312	554.877	15.565	1.153.971	1.164.693	10.722
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	18.505.881	18.866.656	360.775	19.082.919	21.668.429	2.585.510
Depósitos interfinanceiros	8.730.148	8.731.510	(1.362)	11.765.701	11.767.088	(1.387)
Depósitos a prazo	4.899.966	6.464.406	(1.564.440)	2.514.071	3.864.495	(1.350.424)
Recursos de emissão de títulos	2.249.555	2.249.020	535	3.155.708	3.061.879	93.829
Obrigações por empréstimos	-	-	-	134.101	134.101	-
Dívidas subordinadas	1.774.995	1.781.134	(6.139)	1.751.346	1.750.758	588
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			(1.195.066)			1.338.838

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2017 representava R\$ 66.246 no Banco PAN e R\$ 67.010 no Consolidado (R\$ 51.819 no Banco PAN e R\$ 71.222 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2016).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	281.157	(400.126)	253.294	(450.408)
Alíquota efetiva (1) / (2)	45%	45%	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(229.021)	180.057	(224.626)	202.968
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participação em controladas	(25.300)	(27.620)	(1.347)	14.921
Cessão de crédito tributário (3)	102.500	-	102.500	-
Outros valores	(19.229)	10.451	(19.715)	(4.721)
Despesa/Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	(68.551)	162.888	(40.688)	213.168

- (1) No Consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e demais segmentos;
- (2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019; e
- (3) Em 29/08/2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual S.A. de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410.000. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102.500, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Banco			
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.155.405	614.322	(775.628)	994.099
Provisão para contingências cíveis	93.027	179.600	(148.399)	124.228
Provisão para contingências trabalhistas	78.404	126.613	(52.819)	152.198
Provisão para contingências tributárias	129	1.549	(1.305)	373
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	13.538	33.706	(32.734)	14.510
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	20.401	38.606	(45.707)	13.300
Outras provisões	243.559	232.213	(144.480)	331.292
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.604.463	1.226.609	(1.201.072)	1.630.000
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.271.510	-	(1.181)	1.270.329
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	2.875.973	1.226.609	(1.202.253)	2.900.329

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.286.221	642.339	(919.822)	1.008.738
Provisão para contingências cíveis	99.173	187.164	(156.827)	129.510
Provisão para contingências trabalhistas	83.455	133.145	(56.312)	160.288
Provisão para contingências tributárias	4.603	6.708	(2.040)	9.271
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	18.060	33.860	(37.014)	14.906
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	46.564	48.033	(72.535)	22.062
Outras provisões	263.199	236.002	(166.476)	332.725
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.801.275	1.287.251	(1.411.026)	1.677.500
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.490.833	10.030	(27.027)	1.473.836
Total dos créditos tributários (Nota 11)	3.292.108	1.297.281	(1.438.053)	3.151.336
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	(87.302)	(4.054)	6.674	(84.682)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.204.806	1.293.227	(1.431.379)	3.066.654

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2017, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 07/02/2018.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Banco					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	891.695	-	1.618	-	893.313
2018	709.781	627.329	5.242	89.307	715.023	716.636
2019	484.304	69.366	1.766	75.917	486.070	145.283
2020	394.909	4	5.128	100.944	400.037	100.948
2021	296	-	46.915	109.832	47.211	109.832
2022	4.217	2.114	107.023	132.779	111.240	134.893
2023	10.122	5.074	165.648	170.321	175.770	175.395
2024	10.122	5.074	187.255	189.578	197.377	194.652
2025	8.890	3.807	215.567	219.233	224.457	223.040
2026	5.196	-	272.501	181.981	277.697	181.981
2027	2.163	-	263.284	-	265.447	-
Total	1.630.000	1.604.463	1.270.329	1.271.510	2.900.329	2.875.973

	Consolidado					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	915.887	-	4.293	-	920.180
2018	726.753	655.545	5.951	96.006	732.704	751.551
2019	491.831	93.370	5.908	91.733	497.739	185.103
2020	396.917	24.072	20.419	117.600	417.336	141.672
2021	2.614	23.394	65.430	136.758	68.044	160.152
2022	5.051	11.272	127.186	159.029	132.237	170.301
2023	10.956	31.134	186.983	195.161	197.939	226.295
2024	10.956	21.553	210.918	212.782	221.874	234.335
2025	9.724	7.002	240.913	243.798	250.637	250.800
2026	6.030	18.046	296.665	194.268	302.695	212.314
2027	16.668	-	274.450	-	291.118	-
Total	1.677.500	1.801.275	1.434.823	1.451.428	3.112.323	3.252.703

Em 31/12/2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 1.841.141 e R\$ 1.948.850 no Consolidado (R\$ 1.732.267 no Banco PAN e R\$ 1.965.541 no Consolidado em 31/12/2016).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 39.013 (R\$ 39.405 em 31/12/2016), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2017, o Banco PAN e o Consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396 (31/12/2016 - R\$ 1.141.506 no Banco PAN e no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 92.158 no Banco PAN e no Consolidado (31/12/2016 - R\$ 456.602) em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(4.495)	(4.054)	2.277	(6.272)
Variação cambial	(3.089)	-	3.089	-
Superveniência de depreciação	(79.718)	-	1.308	(78.410)
Total (Nota 21a – 32b)	(87.302)	(4.054)	6.674	(84.682)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 277.580 em 31/12/2017 (R\$ 278.756 em 31/12/2016);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.
- g) O ano de 2016 foi um ano importante para o PAN no segmento de veículos, pois o Banco lançou uma nova plataforma e, desde junho, toda a captura de negócios de veículos está sendo realizada em um único sistema que proporciona mais agilidade, qualidade e segurança no processo para todo o time comercial, parceiros e áreas internas. Este foi um importante passo para a organização ampliar sua participação no mercado de veículos;
- h) Em 31/10/2017 o Banco PAN concluiu a alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A. (“Stone”), mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a DLP Pagamentos Brasil S.A. (“DLP”). A Companhia alienou à DLP um total de 480.311 (quatrocentos e oitenta mil e trezentas e onze) ações ordinárias, correspondente a 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Stone, pelo valor total de R\$ 229.000 (duzentos e vinte e nove milhões de reais); e
- i) Foi aprovado Aumento de Capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado e sem a necessidade de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de 212.765.958 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, novecentas e cinquenta e oito) novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações atualmente existentes, sendo 122.530.888 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e oitenta e oito) ações ordinárias e 90.235.070 (noventa milhões, duzentos e trinta e cinco mil e setenta) ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 1,88 (um real e oitenta e oito centavos) por ação ordinária ou preferencial, para subscrição privada pelos acionistas da Companhia (“Aumento de Capital”).

O preço de emissão descrito no item acima foi fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso III da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”), levando-se em consideração a média das cotações das ações preferenciais da Companhia nos pregões realizados nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à convocação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia que aprovou



o Aumento de Capital, ou seja, entre 02/08/2017, exclusive, e 31/10/2017, inclusive. As ações emitidas em virtude do Aumento de Capital deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em dinheiro.

O valor total da emissão terá a seguinte destinação: (i) 10% (dez por cento) do valor da emissão das ações ordinárias serão destinados à conta do capital social da Companhia e os 90% (noventa por cento) remanescentes serão destinados à conta de reserva de capital; (ii) a integralidade do valor da emissão das ações preferenciais será destinada à conta do capital social.

A acionista Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR (“CaixaPar”) cederá ao acionista Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), todos os seus direitos de subscrição de ações ordinárias e preferenciais, incluindo, sem limitação, o direito à reserva de sobras e eventuais sobras de sobras, na proporção que detém, ficando o BTG Pactual autorizado desde já a ceder o referido direito às suas afiliadas (“Cessão de Direitos CaixaPar”).

O acionista BTG Pactual garantirá a subscrição integral das ações relacionadas à sua própria participação no capital social, à Cessão de Direitos CaixaPar, assim como a todas as sobras, ou, ainda, às sobras de sobras, que se façam necessárias para que o valor total da emissão seja integralmente subscrito e integralizado (“Garantia de Subscrição Integral BTG”). Tal garantia se dará por meio de subscrição direta ou através de cessão de direitos de subscrição a quaisquer de suas afiliadas.

Não obstante o disposto acima, o BTG Pactual dará prioridade aos demais acionistas na subscrição da totalidade das sobras.

Em decorrência da Garantia de Subscrição Integral BTG não haverá leilão de sobras de ações do Aumento de Capital em bolsa, bem como o Aumento de Capital será integralmente homologado pelo Conselho de Administração.

Os acionistas controladores acordaram também que (i) a CaixaPar terá o direito de adquirir do BTG Pactual 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que vierem a ser subscritas e integralizadas pelo BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital e (ii) o BTG Pactual terá o direito de alienar à CaixaPar 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que este vier a subscrever e integralizar no âmbito do Aumento de Capital.

Após a conclusão do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 3.653.409.620,70 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentos e vinte reais e setenta centavos), representado por 1.141.806.121 (um bilhão, cento e quarenta e um milhões, oitocentos e seis mil e cento e vinte e uma) ações, sendo 657.560.635 (seiscentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e sessenta mil e seiscentos e trinta e cinco) ações ordinárias e 484.245.486 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para a conta de reserva de capital será destinado à quantia de R\$ 207.322.263,26 (duzentos e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos).

Homologação do Aumento de Capital

Nova Reunião do Conselho de Administração será oportunamente realizada para homologar o Aumento de Capital, não havendo que se falar em homologação parcial, tendo em vista a Garantia de Subscrição Integral BTG de subscrever até a totalidade das ações do Aumento de Capital. Após a homologação pelo Conselho de Administração da Companhia, o Aumento de Capital será submetido à homologação do Banco Central do Brasil (“BCB”), nos termos da regulamentação aplicável.

As novas ações emitidas serão creditadas e incluídas na posição dos acionistas em até 3 (três) dias úteis após a homologação do Aumento de Capital pelo BACEN.



Caso não haja homologação do Aumento de Capital pelo BACEN, o valor até o momento integralizado pelos acionistas da Companhia será devolvido pelo Banco Pan, sem correção monetária, em até 5 (cinco) dias úteis após decisão administrativa final da qual não caiba recurso.



Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017.



Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017.



São Paulo, 19 de fevereiro de 2018.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Banco Pan S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pan S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria em 2017 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do ano anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas explicativas 3f e 8)</p> <p>O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.</p> <p>O processo estabelecido considera as normas e instruções determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BACEN), associados ao julgamento e premissas utilizadas pela Administração para determinação do risco de crédito. Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa avaliação.</p>	<p>Obtivemos o entendimento dos desenhos e os controles relevantes relacionados a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam da integridade da base de dados; processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.</p> <p>Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a PCLD com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações conforme normas aplicáveis.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.</p>

Banco Pan S.A.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos o desenho e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Créditos Tributários (Notas explicativas 3n e 32b)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,2 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos

Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios

Banco Pan S.A.

nas demonstrações financeiras.

adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco Pan S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Banco Pan S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as



Banco Pan S.A.

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2017

O Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. ("Companhia" ou "Instituição") apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 2º semestre de 2017, de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

O Comitê no cumprimento de seu plano de Trabalho 2017 submetido ao Conselho de Administração, sempre com o propósito de cumprir suas atribuições legais, em especial: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas pelas auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e revisar, os critérios utilizados para a publicação das demonstrações contábeis e de suas Notas Explicativas.

Para tanto, o Comitê considerou como base de suas análises informações colhidas nas reuniões realizadas com áreas estratégicas da Companhia e nos relatórios produzidos sobre a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, nos resumos, relatórios e apresentações disponibilizados pelas auditorias interna e independente, assim como no desempenho observado no Plano de Negócios. O Comitê também realizou questionamento à administração decorrentes do comportamento da economia e de eventos externos, mas relacionados às operações praticadas, e aos possíveis impactos nos negócios da Instituição.

Destaca-se que o Comitê foi informado que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Instituição, neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: (i) a implementação do novo plano estratégico; (ii) a alienação da participação na Stone Pagamentos S.A.; (iii) a antecipação de valores referentes ao Prêmio de Performance; (iv) o ajuste nos modelos de provisão para contingências cíveis e trabalhistas; (v) a alienação de crédito tributário; e, (vi) aporte de capital em aprovação no BCB.

Ainda sobre o Plano Negócios, aprovado pelo Conselho de Administração, os montantes de créditos tributários foram avaliados pela Auditoria independente que manteve parágrafo de ênfase no seu relatório.

Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Instituição, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) A Instituição continua a promover o aprimoramento dos controles internos e de gerenciamento de risco, em especial nos aspectos relacionados a formalização e governança. A administração implantou com sucesso novos sistemas tecnológicos, e vem implementando outros que permitem a correção dos apontamentos críticos indicados pela autoridade supervisora e auditorias. Também evoluiu na estrutura normativa relacionada à mitigação de riscos.
- b) Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independente, sendo elas compatíveis com o porte e características da Companhia; e,
- c) As demonstrações contábeis, individual e consolidada, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da auditoria independente, foram elaborados conforme a nova regulamentação vigente, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo (SP), 07 de fevereiro de 2018

MARCOS ANTONIO MACEDO CINTRA
Presidente

MARCELO YUGUE
Membro

MARCELO TERRAZAS
Membro



**BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 59.285.411/0001-13
NIRE 35.300.012.879**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco PAN S.A. ("Banco" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, incluindo as notas explicativas e, com base: **(a)** no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 07 de fevereiro de 2018, onde é mencionado que os auditores tiveram acesso suficiente às informações necessárias para sua elaboração, cujos principais assuntos de auditoria são: **1** – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), o qual concluiu que as premissas e critérios adotados pela administração da Companhia para a determinação da PCLD são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das Demonstrações Financeiras, conforme notas explicativas nº 3f e 8; **2** – Ambiente de Tecnologia da Informação ("TI"), com procedimentos de segurança dos sistemas de TI, com teste de controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, controles automatizados das informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregação de funções, que propiciaram evidência para execução do processo de exame de auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia; **3** – Crédito Tributário, em relação aos créditos ativados no valor de R\$ 3,2 bilhões no Banco PAN S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela Administração da Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração em 07 de fevereiro de 2018, conforme notas explicativas de nº 3n e 32b; **(b)** na reunião com os auditores independentes; **(c)** no relatório do Comitê de Auditoria, datado de 07 de fevereiro de 2018; e **(d)** na análise de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia, notadamente pela Diretoria de Controladoria e Compliance.

O Conselho Fiscal é de opinião que esses documentos: **(a)** refletem adequadamente as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2017, a situação patrimonial e a posição financeira e **(b)** estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 20 de março de 2018.

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Marcos Machado Guimarães

Paulo Roberto Salvador Costa